



Anais da Assembléia

Nº 02

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 1990

ANO XVI

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 002/90

DATA: 12/01/90

SÚMULA: Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo, ativos, inativos e pessoal regido pela CLT.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos servidores deste Poder, ativos, inativos e pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, ficam reajustados em 292,11% (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento).

Art. 2º - O vencimento dos cargos em comissão símbolos DAS-1 e DAS-5, ficam reajustados em 234% (duzentos e trinta e quatro por cento).

Art. 3º - O vencimento dos cargos em Comissão símbolos "1C a 6C", "G" e funções gratificadas, ficam reajustados em 292,11 (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento).

Art. 4º - A maior remuneração mensal neste Poder fica fixada em NCZ\$ 19.911,00 (dezenove mil, novecentos e onze cruzados novos) de vencimento e NCZ\$ 19.911,00 (dezenove mil, novecentos e onze cruzados novos) pelo exercício de encargos especiais.

Art. 5º - O valor do salário família, por dependente legal, fica reajustado para NCZ\$ 29,88 (vinte e nove cruzados novos e oitenta e oito centavos).

Art. 6º - Os valores da gratificação de produtividade e das demais gratificações de representação de gabinete ficam reajustados em 292,11% (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento).

Art. 7º - Mantida a data-base de reajuste anual, a remuneração ou os salários dos servidores, deste Poder, durante o ano de 1990, serão reajustados, a título de antecipação, da seguinte forma:

1 - o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificado no mês de janeiro de 1990 será aplicado nos meses de fevereiro e agosto, na razão de 25% (vinte e cinco por cento) e os restantes 50% (cinquenta por cento) serão aplicados no mês de janeiro de 1991;

2 - nos meses de março, maio, junho, setembro, novembro e dezembro, será aplicado o IPC verificado no mês imediatamente anterior, deduzido o percentual previsto

no § 1º;

3 - no mês de abril, será aplicado o residual do IPC do mês de fevereiro e o IPC integral do mês de março;

4 - no mês de julho, será aplicado o residual do mês de abril e maio e o IPC integral do mês de junho;

5 - no mês de agosto, serão aplicados os 25% (vinte e cinco por cento) do IPC de janeiro e o IPC de julho, com a dedução prevista no § 1º;

6 - no mês de outubro, será aplicado o residual do IPC dos meses de julho e agosto e o IPC integral do mês de setembro.

Parágrafo Único - Quando o IPC situar-se acima de 40% (quarenta por cento), será feita uma dedução de 15% (quinze por cento), quando for entre 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), haverá uma dedução de 10% (dez por cento) e quando for até 20% (vinte por cento), haverá uma dedução de 5% (cinco por cento).

Art. 8º - A Comissão Executiva fica autorizada a baixar os atos necessários ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e os efeitos financeiros serão devidos a partir de 1º de janeiro de 1990, ficando revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 12.01.90

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 003/90

DATA: 12/01/90

SÚMULA: Ficam ratificados os convênios celebrados em 1º de março de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e os Municípios que especificam, objetivando auxílio financeiro à manutenção de professores da Rede Municipal de ensino, no atendimento às crianças em idade escolar nos assentamentos e acampamentos de trabalhadores rurais e nas comunidades indígenas. (Mensagem do Poder Executivo nº 123/89).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam ratificados os seguintes Convênios, celebrados na data de 1º de março de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e os Municípios abaixo nominados, objetivando auxílio financeiro à manutenção de professores da Rede Municipal de Ensi-

no, no atendimento às crianças em idade escolar nos assentamentos e acompanhamentos de trabalhadores rurais e nas comunidades indígenas:

Convênio	Município
01/89	Bocaiúva do Sul
03/89	Cantagalo
04/89	Cascavel
05/89	Castro
06/89	Guarapuava
07/89	Laranjeiras do Sul
08/89	Londrina
09/89	Mangueirinha
010/89	Marmeleiro
011/89	Medianeira
012/89	Morretes
013/89	Nova Cantu
014/89	Ortigueira
015/89	Pinhão
016/89	Quedas do Iguaçu
017/89	Querência do Norte
018/89	Renascença
019/89	Reserva
020/89	Roncador
021/89	São Miguel do Iguaçu
022/89	Teixeira Soares
023/89	Tibagi
024/89	Palmas
025/89	Turvo
026/89	Wenceslau Braz
01/89	Cândido de Abreu
02/89	Inácio Martins
03/89	Laranjeiras do Sul
04/89	Londrina
05/89	Mangueirinha
06/89	Manoel Ribas
07/89	Ortigueira
08/89	Palmas
09/89	Paranaguá
010/89	Santa Amélia

Art. 2º - Fica ratificado o Convênio nº 07/89, celebrado em 21 de agosto de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e a Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavai, objetivando aplicação de recursos financeiros estaduais na realização do Curso de Formação de Professores para Educação Especial, na área de Deficiência Mental.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 12.01.90

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 001.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 1990
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputa-

dos Eduardo Baggio e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Bemas Brandão, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Renato Adur, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Luiz Carlos Alborghetti, Paulino José Delazeri, Raul Lopes e Sabino Campos (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação da ata.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Eu retiro o pedido de verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Da mesma forma, eu retiro meu pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens

MENSAGEM 06/90

Curitiba, 12 de janeiro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do parágrafo Único do art. 15, da Lei n. 9173, de 27 de dezembro de 1989, encaminhar a essa Augusta Assembléia Legislativa cópias da Lei referente ao Orçamento - Programa para o exercício de 1990, com os ajustes efetuados em consonância com o "caput" do já citado artigo.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Casa de Lei para as providências necessárias, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 07/90

Curitiba, 15 de fevereiro de 1990.

Tenho a honra de encaminhar, para os fins constitucionais, Relatórios da gestão das Secretarias de Estado, referentes ao exercício de 1989, nos termos do artigo 90, parágrafo único, inciso III, da Constituição Estadual.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Casa de Lei para as providências necessárias, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

584/90/DA/CEA/8C

1º fevereiro 90

Senhor Governador.

Tenho a honra de acusar o recebimento da Mensagem de Vossa Excelência, sob o n. 07/90, de 15 do mês em curso, cujo plano de Lei foi devidamente encaminhado nesta Casa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

ANIBAL KHURY

Presidente

Excelentíssimo Senhor

ÁLVARO DIAS

Digníssimo Governador do Estado

NESTA CAPITAL

Telex:

Do Senhor Ministro SYDNEY SANCHES - Supremo Tribunal Federal, nos seguintes termos:

"COMUNICO A VOSSA EXCELENCIA QUE, NOS AUTOS DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N° 175-2, REQUERENTE O GOVERNADOR E REQUERIDA ESTA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, DEFERI MEDIDA CAUTELAR, "AD REFERENDUM" DO PLENÁRIO DESTA CORTE; PARA SUSPENDER A EFICÁCIA DO INCISO XVIII E SUAS ALÍNEAS "A" E "B" DO ART. 34, INCISO XXI DO MESMO ARTIGO E PARÁGRAFO SÉTIMO DO ART. 27, TODOS DA NOVA CONSTITUIÇÃO DESTES ESTADO, E AINDA OS ARTS. 46, 55 e 56 E SEUS PARÁGRAFOS PRIMEIRO, SEGUNDO E TERCEIRO, DE SUAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS".

Do Senhor Ministro NERI DA SILVEIRA, Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos seguintes termos:

"COMUNICO A VOSSA EXCELENCIA QUE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EM SESSÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA 09 DO CORRENTE MÊS, NOS AUTOS DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N° 175/2/PR, REQUERENTE O GOVERNADOR E REQUERIDA ESTA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, PROFERIU A SEGUINTE DECISÃO: O TRIBUNAL REFERENDOU O DESPACHO DO SENHOR MINISTRO SYDNEY SANCHES E MANTEVE A SUSPENSÃO DOS SEGUINTE DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, ATÉ O JULGAMENTO FINAL DA AÇÃO: "POR MAIORIA" DOS INCISOS XVIII, ALÍNEAS "A" E "B" E XXI, DO ART. 34, VENCIDO O SENHOR MINISTRO CELIO BORJA, DO ART. 46, DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, VENCIDO O SENHOR MINISTRO SEPULVEDA PERTENCE, "POR UNANIMIDADE" DO ART. 55 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. O TRIBUNAL NÃO REFERENDOU O DESPACHO DO SENHOR MINISTRO SYDNEY SANCHES E "INDEFERIU" "A LIMINAR". QUANTO AO PARÁGRAFO 7.0, DO ART. 27, VENCIDOS OS SENHORES MINISTROS PAULO BROSSARD, CARLOS MADEIRAS E PRESIDENTE, QUE MANTINHAM A LIMINAR DEFERIDA; E QUANTO AO ART. 56 E SEUS PARÁGRAFOS 1.0, 2.0 e 3.0, DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, VENCIDOS OS SENHORES MINISTROS PAULO BROSSARD, CARLOS MADEIRA, SYDNEY SANCHES E PRESIDENTE".

- Ao Conhecimento da Casa.

Ofícios:

Sob o n. DTL/SAT/15/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n. 364/89, em razão dos motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n. DTL/SAT/16/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n. 014/89, em razão dos motivos expostos. - À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n. DTL/SAT/17/90, do Senhor Go-

vernador do Estado, comunicando haver **VE-TADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n. 065/88, em razão dos motivos expostos. - **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n. DTL/SAT/18/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VE-TADO PARCIALMENTE** o Projeto de Lei n. 182/90, em razão dos motivos expostos. - **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n. DTL/SAT/21/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VE-TADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n. 90/88, em razão dos motivos expostos. - **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n. DTL/SAT/47/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VE-TADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n. 329/88, em razão dos motivos expostos. - **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n.º 012/89, do Senhor Luiz Chemim Guimarães - Procurador Geral de Justiça, e dos Senhores Silvio de Albuquerque Maranhão - Corregedor Geral do Ministério Público e Milton Riquelme de Macedo - Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público, comunicando que no momento de sua efetiva autonomia funcional, administrativa e financeira, consagrada em sua plenitude nas Constituições Federal e Estadual, com novas ampliações de suas atribuições como defensor do povo e do próprio regime democrático, não poderíamos deixar de consignar, pelo inequívoco empenho pessoal e particular carinho às pretensões da Instituição, o nosso mais profundo reconhecimento. A fim de cumprirmos fielmente a manifestação externada quando de nossa participação conjunta na bela e tradicional cidade de União da Vitória, ocorrida no dia 26 de dezembro último, ao ensejo de uma fraternal reunião que contou com a honrosa presença do Vice-Governador Ari Queiroz, é que remetemos o presente para documentar o nosso sincero preito de gratidão e apreço. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 31/90, do Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, comunicando que a partir de 1.º de fevereiro de 1990, passa a ocupar o cargo de Líder do Partido Trabalhista Brasileiro - P.T.B., nesta Casa Legislativa. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os n.ºs DTL/SAT/ 08, 09, 10, 11, 12, 13, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projeto de Lei seguintes:

366/89: De autoria dos Deputados José Rogério Carvalho e Nereu Carlos Massignan, que criam o Município de Bom Sucesso do Sul, com território desmembrado do Município de Pato Branco e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.183. **Anote-se. Arquite-se.**

368/89: De autoria dos Deputados José Rogério Carvalho e Nereu Carlos Massignan, que criam o Município de Honório Serpa, com território desmembrado do Município de Manguaerinha e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.184. **Anote-se. Arquite-se.**

273/89: Da Procuradoria Geral de Justiça, que reajusta, a partir de 1.º de novembro de 1989, na forma que especifica, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Serviços Auxiliares, da Procuradoria Geral de Justiça e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9185. **Anote-se. Arquite-se.**

Lei Complementar:

283/89: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria a "Região Administrativa Central do Estado do Paraná", integrada pelos Municípios de Borrazópolis, Cândido de Abreu, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lunardelli, Manoel Ribas, Nova Tebas, Pitanga, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí, com sede na Cidade de Ivaiporã, o qual convertido em Lei Complementar tomou o n.º 49. **Anote-se. Arquite-se.**

385/89: De autoria do Deputado Renato Adur, que dispõe que o Estado destinará aos Municípios, para programas específicos de Assistência Social e de apoio ao Esporte Amador, 50% do produto da arrecadação dos recursos de prognósticos de números realizados sob seu patrocínio, o qual convertido em Lei Complementar tomou o n.º 50. **Anote-se. Arquite-se.**

151/88: De autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que dispõe sobre a proibição, em todo o território do Estado do Paraná, de comercialização e utilização de "Sprays", conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.187. **Anote-se. Arquite-se.**

123/87: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Doutor Guntolf Van Kaick, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9188. **Anote-se. Arquite-se.**

296/89: De autoria do Deputado Antônio Annibelli, que denomina Pavilhão do Centro de Artes Industriais Professora Jalile Bichara Machado, o Pavilhão de Centro de Artes Industriais Cajuru, pertencente ao Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira, sito nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.189. **Anote-se. Arquite-se.**

011/89: Do Poder Executivo, que extingue os cargos de provimento em comissão que menciona, no âmbito da administração pública estadual, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.191 **Anote-se. Arquite-se.**

234/89: De autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Fazenda - ASSEFACRE, com sede e foro no Município de Curitiba - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.192. **Anote-se. Arquite-se.**

293/89: De autoria do Deputado Luciano Pizzato, que declara de Utilidade Pública o Instituto Florestal do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.193. **Anote-se. Arquite-se.**

001/90: Do Poder Executivo, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos do pessoal civil e militar, da administração direta e das autarquias, do Poder Executivo e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 194. **Anote-se. Arquite-se.**

002/90: Da Procuradoria Geral de Justiça, que dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Servidores da Procuradoria Geral de Justiça do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.195. **Anote-se. Arquite-se.**

003/90: Do Tribunal de Contas, que dispõe sobre o reajuste dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.196. **Anote-se. Arquite-se.**

004/90: Do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos cargos efetivos do Poder Judiciário e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.197. **Anote-se. Arquite-se.**

005/90: Do Poder Executivo, que dispõe sobre a contratação de Servidores, em casos de excepcional interesse público, para atender temporária necessidade de serviço e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.198. **Anote-se. Arquite-se.**

371/89: Do Poder Executivo, que dispõe sobre o vencimento básico dos cargos integrantes da carreira de Procurador do Estado, de que trata a Lei Complementar n° 26/85, modificada pela Lei Complementar n° 40/87 e adota outras providências, o qual convertido em Lei Complementar n° 51. **Anote-se. Arquite-se.**

409/89: Da Procuradoria Geral de Justiça, que dispõe sobre as eleições destinadas à formação de lista triplíce para a escolha e nomeação do Procurador-Geral de Justiça e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.199. **Anote-se. Arquite-se.**

117/89: De autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública o Instituto Cultural Vidyā, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.200. **Anote-se. Arquite-se.**

209/89: De autoria do Deputado Antônio Annibelli, que declara de Utilidade Pública o Hospital de Caridade São Pedro, de Mallet, com sede e foro na Cidade de Mallet, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.201. **Anote-se. Arquite-se.**

216/89: De autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública à Associação de Pais e Mestres da Escola Alternativa, mantida pelo CENTRAE - Centro Integrado de Atendimento Especializado S/C Ltda., com sede e foro na Cidade de Curitiba - Paraná, à Avenida Munhoz da Rocha, n° 634, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.202. **Anote-se. Arquite-se.**

196/89: De autoria do Deputado Gernote Kirinus, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Helena, com sede e foro na Cidade e comarca de Santa Helena, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.203. **Anote-se. Arquite-se.**

173/89: De autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara que declara de Utilidade Pública a Creche Santo Antônio, com sede e foro na Cidade de Curitiba - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.204. **Anote-se. Arquite-se.**

232/89: De autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública à Associação de Pais e Mestres do Colégio Francisco Carneiro Martins, com sede e foro no Município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.205. **Anote-se. Arquite-se.**

212/89: De autoria do Deputado Namir Piacentini, que declara de Utilidade Pública à Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.206. **Anote-se. Arquite-se.**

051/89: De autoria do Deputado David Cheriegate, que declara de Utilidade Pública à Associação de Criadores do Oeste Paranaense - ACOPA, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.207. **Anote-se. Arquite-se.**

061/89: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a alienar, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, aos respectivos ocupantes, os imóveis que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.208. **Anote-se. Arquite-se.**

295/88: De autoria do Deputado Gernote Kirinus, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Amor e Caridade, com

sede e foro na Cidade de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.209. **Anote-se. Arquite-se.**

129/89: Do Tribunal de Justiça, que dá nova redação ao artigo 30, e ao Inciso II do artigo 207, da Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.210. **Anote-se. Arquite-se.**

255/89: De autoria do Deputado Cândido Bastos, que cria o Município de Novas Tebas, com território desmembrado do Município de Pitanga, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.211. **Anote-se. Arquite-se.**

222/89: De autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a doar à União dos Escoteiros do Brasil, região do Paraná, para uso do Grupo Escoteiro Marechal Rondon, a área de que especifica, situada no Bairro do Ahú, nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.212. **Anote-se. Arquite-se.**

355/89: De autoria do Deputado Anibal Khury, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de Fazenda Rio Grande, com território desmembrado do Município de Mandirituba, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.213. **Anote-se. Arquite-se.**

198/89: De autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Marilândia do Sul - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.214. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o n° 112/90, do Senhor Antero da Silveira - Procurador Geral de Justiça, em exercício, o qual encaminha Projeto de Lei propondo a criação do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, órgão de administração Superior do Ministério Público. **Anote-se. Arquite-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 078

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 403/89 que cria, "ad referendum" do resultado do Plebiscito, o Município de Pontal do Paraná, com território desmembrado do Município de Paranaguá e divisas do atual Distrito Administrativo.

O projeto, criando o Município de Pontal do Paraná, visa dar fim a uma situação de negligência e abandono a que estão submetidos os balneários situados na formação urbanística de Praia de Leste, Pontal do Sul e outras praias, atingidas por uma deficiência de ordem jurídico-política de-

corrente de sua não-estruturação em território autônomo.

Destarte, o presente requerimento visa imprimir ritmo célere à discussão desse projeto, pela grandiosidade da causa que abraça.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Doutor Osires Stenghel Guimarães, Presidente da COPASA no sentido de informar, com possível urgência, qual a situação de todos os Armazéns cedidos em comodato ou outro tipo de cedência à Cooperativa Agrícola Irati Ltda (CAIL)

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É preocupante a situação da Cooperativa Agrícola de Irati Ltda (CAIL).

Encarecemos sejam adotadas as providências recomendáveis no sentido de resguardar os interesses não só do Estado como dos agricultores da região que nos procuraram angustiados com a situação, razão porque solicitamos seja fornecido subsídios com a maior urgência possível, para que possamos informar e tranquilizar os agricultores.

REQUERIMENTO N° 031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, solicitando o envio de recursos financeiros para a conclusão do Centro Comunitário da Vila Cândida, Bairro Lar Paraná, Município de Campo Mourão.

A obra em questão encontra-se em fase de construção e em virtude da falta de verbas, teve seus serviços paralisados.

Ciente da sensibilidade desta pasta frente aos problemas sociais, pedimos apoio e empenho na concretização deste barracão que em muito contribuirá para promover a organização popular daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que seja enviado ofício ao Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um

Telefone Público em frente à Mercaria Faria, na Rua das Palmeiras, 1044, Bairro Lar Paraná, no Município de Campo Mourão.

Tal pedido prende-se ao fato dos moradores daquela comunidade não contarem com este benefício e para fazerem uso de um telefone, terem que deslocarem-se por uma longa extensão até atingir a cabine mais próxima.

Ciente da sensibilidade deste órgão, face aos problemas sociais, pedimos empenho na concretização dessa nossa justa e merecida reivindicação.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 051

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos da presente Sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Cornélio Procopio, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios a de direito, prosiga em seus trabalhos até alcançar a prosperidade desejada.

Do presente REQUER, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 085

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, a consignação de um VOTO DE PESAR, na Ata dos trabalhos da presente sessão, pelo falecimento do Sr. JORGE CURI.

REQUER outrossim, que do presente seja dado conhecimento aos familiares do "de cujus", assim como seja dado ciência à família enlutada, as nossas sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O desaparecimento deste eminente comerciante em União da Vitória deixa sem dúvida lacuna e consternada a sua população. Pois, foi exemplo de honestidade, probidade e de trabalho altruísta junto àquela Comunidade.

Conhecido comerciante, Jorge Curi deixa dois filhos, o Procurador Dr. Ivan Curi e a médica Dra. Maria Curi.

O Sr. Jorge Curi, foi uma pessoa que

deixou para sempre seu nome respeitável e lembrado junto a Comunidade de União da Vitória.

Portanto, cumpre-se deixar em registro nos Anais desta Excelsa Casa, o justo voto de pesar pelo seu falecimento.

REQUERIMENTO N° 023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor BERTOLDO SCHWARZBACH (DICO), ocorrido no dia 1° de janeiro p.p. nesta capital.

Funcionário aposentado desta Casa de Leis, onde deixou muitos amigos, face seu alto grau de honestidade e dignidade com que sempre norteou sua vida.

Membro de tradicional família paranaense, seu desaparecimento, vem consternar não só seus familiares, mas também seu vasto círculo de amizades, onde deixa uma lacuna difícil de ser preenchida.

REQUER outrossim, que da decisão desta Casa, se dê ciência à Família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.90

REQUERIMENTO N° 024

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador Joaquim Dias de Oliveira, de Alto Piquiri.

O líder político desaparecido exercia pela quinta vez consecutiva o mandato de membro da Câmara de Alto Piquiri, Município do qual foi um dos pioneiros e onde se voltou inteiramente à atividade de apoio aos carentes, graças a sua alma generosa e amiga.

REQUER, ainda, que a manifestação desta Casa seja levada ao conhecimento da Câmara Municipal de Alto Piquiri, na pessoa do seu Presidente, Vereador Ariovaldo Cavalcanti e à família do Líder desaparecido, através da mesma Filialidade.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta Capital do Sr. SILVÉRIO RÜPPEL ABDALLA.

REQUER outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Família enlutada a Rua Moisés Marcondes, n° 46 Ap.

04 - Juvenil.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 022

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Dr. MARINO PEREIRA JÚNIOR, ocorrido em 18.02, em trágico acidente automobilístico na BR-116, trecho CURITIBA-SÃO PAULO.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 18 de fevereiro, faleceu vítima de desastre automobilístico, na BR-116 - trecho CURITIBA - SÃO PAULO, o Doutor MARINO PEREIRA JÚNIOR, deixando viúva Dona DÓRIA e duas filhas menores.

O extinto era filho do Ex-Deputado MARINO PEREIRA.

O passamento do Dr. Marino veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo MARINO.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família PEREIRA, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, do Engenheiro TOYOSHI SAKAI - Diretor Regional do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no Paraná, tendo falecido por afogamento, no balneário de ATAMI, próximo a Pontal do Sul, na data de ontem (18.02.90).

Outrossim, REQUER, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 45 anos, faleceu o Engenheiro Sr. TOYOSHI SAKAI, no último dia 18 de fevereiro.

O extinto era Diretor Regional do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no Paraná, e faleceu por afogamento no balneário de ATAMI, próximo a Pontal do Sul.

Toyoshi Sakai deixa viúva D. Maria Luiza e três filhos menores.

O desaparecimento do engenheiro Toyoshi deixou enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos que lamentam seu trágico desaparecimento.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família SAKAI, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Engenheiro Senhor MARIO BRANDALIZE, ocorrido no dia 09 de fevereiro corrente, nesta Capital.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 09 de fevereiro faleceu, nesta Capital, o Engenheiro MARIO BRANDALIZE.

O extinto deixou viúva Dona TEREZINHA, filhos e netos.

Mario Brandalize ex-Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem - D.E.R. - do Paraná, deixou, com o seu passamento, enorme lacuna que jamais será preenchida.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo MARIO.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, tem

o dever de associar-se à dor que abalou a família Brandalize, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor MÁRIO AFFONSO ALVES DE CAMARGO, ocorrido no dia 12 de fevereiro corrente, nesta Capital.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 70 anos faleceu, nesta Capital, o Dr. MÁRIO AFFONSO ALVES DE CAMARGO, deixando viúva dona Luiza Maria, 04 filhos e netos.

O extinto era membro de tradicional família paranaense. O falecimento do Dr. Mário Affonso veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo MÁRIO AFFONSO.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família ALVES DE CAMARGO, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 018

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Brigadeiro ROBERTO BRANDINI, ocorrido no último dia 04 de janeiro nesta Capital.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 67 anos, faleceu nesta Capital, o Brigadeiro ROBERTO BRANDINI, que foi um dos mais brilhantes oficiais da Força Aérea Brasileira e se notabilizou na campanha da Itália, retornando como um dos

heróis da FEB na 2ª Guerra Mundial. Além disso, com seu trabalho e com seu exemplo muito contribuiu para o engrandecimento da FAB, tendo dado também destacada contribuição política ao governo brasileiro.

Entre os episódios que marcaram sua atuação na campanha da Itália consta o que aconteceu em 1945 quando seu caça Thunderbolt P-47 foi abatido no Vale do Rio Pó e ele acabou sendo dado como morto em combate. Levado como prisioneiro para o Sul da Alemanha, acabou por comandar, de bicicleta, a fuga de prisioneiros aliados. Por seus feitos foi condecorado com a Cruz de Sangue, pela Rainha Elizabeth, da Inglaterra, e pela Força Aérea Brasileira.

Portanto, não deve esta Casa deixar de reverenciar a memória do Brigadeiro ROBERTO BRANDINI, um dos mais dignos representantes do povo brasileiro na luta pela liberdade, pela democracia e pela paz.

REQUERIMENTO N° 017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ATTRIDE BAGGIO, ocorrido nesta Capital em 14 de fevereiro de 1990.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em data de 14 de fevereiro do corrente ano, faleceu nesta Capital, o Sr. ATTRIDE BAGGIO, ex-Diretor e Membro Consultivo do Banco Bamerindus do Brasil S/A.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Baggio, endereçando a ela voto de profundo pesar.

REQUERIMENTO N° 016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à MESA, ouvido o Douto Plenário, sua dispensa das Sessões Legislativas durante o período de 02 a 11 do mês vindouro.

Tal solicitação se prende ao fato de que durante este período, o requerente estará representando este Poder Legislativo na "XIX EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA E INDUS-

TRIAL DE PARANAVAÍ", oportunidade em que receberá as autoridades que se farão presentes ao evento.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 068

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja incluído na Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 105/86, que concede o Título de Cidadão do Paraná ao Senador JOSÉ RICHÁ.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 054

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR ARCINDO NESI, ocorrido na cidade de Francisco Beltrão, requerendo mais, que do Ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Arcindo Nesi pertencia à numerosa família do Município de Francisco Beltrão, da qual a maioria dos membros componentes radicou-se na localidade de Secção Jacaré, lançando profundas raízes desde os primeiros tempos da colonização da área e participando de todos os eventos sócio-políticos que marcaram a história do Município. Arcindo Nesi foi dos beltronenses que mais participaram das atividades da produção agrícola, da economia e da política de Francisco Beltrão, dando e exigindo trabalho de qualidade que ele próprio ofereceu para ajudar a progredir a localidade onde sempre residiu e participando da conquista da posição de destaque alcançada pela comunidade. Seu passamento enlutou o Município, cuja população prestou-lhe sincera e tocante homenagem à qual nos associamos e ao Poder Legislativo Paranaense por meio do presente requerimento para o qual esperamos a aprovação unânime dos Ilustres Membros da Assembléia Legislativa do Paraná.

REQUERIMENTO N° 077

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja formulado VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento do eng° TOYOSHI SAKAI.

O chefe do 9° Distrito Rodoviário Federal, Toyoshi Sakai, morreu às 12:30h de domingo, vítima de afogamento no balneário Atami, perto de Matinhos. O corpo foi res-

gatado logo em seguida e removido imediatamente para Curitiba, onde foi velado na capela da Luz, sendo sepultado, há pouco, no Cemitério Jardim da Saudade.

Toyoshi Sakai era chefe do 9° Distrito Rodoviário Federal, há quatro anos e meio, e fazia parte do DNER, há vinte anos, sendo considerado um dos melhores técnicos do órgão. Nascido em Mirandópolis, SP, Sakai era casado e tinha três filhos. Dentro do DNER, além de bom chefe era considerado um grande amigo dos funcionários.

Que do teor do presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 027

Senhor Presidente..

O Deputado que este subscreve REQUER, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão, votos de congratulações pela posse, em segundo mandato, do Professor Euro Brandão, como Reitor da Pontífica Universidade Católica do Paraná, em função dos elevados merecimentos desse ilustre educador e homem público paranaense.

Propõe ainda, igual registro para os ilustres Vice-Reitores empossados na mesma instituição: Professora Ivete Cardoso de Almeida - Vice-Reitoria Acadêmica; Irmão Clemente Ivo Juliatto - Vice-Reitoria de Planejamento; Professor Newton Stadler de Souza - Vice-Reitor Comunitário; Professor Aramis Demeterco - Vice-Reitoria Administrativa; Professor Ramiro Waraftig - Vice-Reitoria de Pesquisa e Extensão.

Propõe finalmente, que esta manifestação seja levada ao conhecimento do Magnífico Reitor e dos ilustres Vice-Reitores da PUC-PR.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao Dr. João Cândido Cunha Pereira, empossado Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, desejando-o uma profícua gestão frente a este conceituado Tribunal.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, votos de congratulações ao Jornalista Ruy Barrozo, pela campanha em se alterar a denominação do Teatro da Classe, em Curitiba.

ba, para Teatro José Maria Santos.
Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de louvável iniciativa ao Jornalista Ruy Barrozo, que procura reconhecer um dos grandes nomes das artes cênicas que passaram por este Estado, e que faleceu recentemente.

José Maria Santos foi das personalidades que mais lutaram pela preservação do Teatro da Classe, e nada mais justo que venha a emprestar seu nome a esta obra.

Congratulamo-nos ao Jornalista Ruy Barrozo, por mais esta campanha, onde procurava valorizar os talentos desta terra, dando-lhes o devido valor, dentro do espírito paranista que cerca a este profissional da imprensa.

REQUERIMENTO N° 034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, votos de congratulações ao Canal 4 - TV Iguaçu, pela passagem de mais um ano de atividades.

REQUER ainda, que se dê ciência do presente, na pessoa do Doutor Paulo Cruz Pimentel, Diretor-Proprietário.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 067

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao Diretor Superintendente da FUNDEPAR, Exmo. Sr. DELSO TRENTIN, solicitando a viabilização da iluminação da quadra de esportes do Colégio Estadual João XXIII, do Município de Janiópolis.

A presente reivindicação, deve-se ao fato de que a referida quadra esportiva do colégio, foi recém-construída e como inicia-se o período escolar em todo o Estado, a prática da disciplina de Educação Física, encontra-se deveras prejudicada em seu inteiro aproveitamento, por parte dos educandos, daquela instituição.

O Colégio João XXIII possui 244 alunos regularmente matriculados no período noturno, e a falta de um espaço físico apropriado para esta disciplina, provoca transtornos e prejudica o bom andamento das demais, devido ao barulho causado por sua prática no pátio da escola.

Ciente da sensibilidade desta pasta, ficamos no guardo de um breve posicionamento.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 060

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao Presidente da SANEPAR, solicitando-lhe estudos visando a implantação de uma Gerência Regional daquele órgão, para o Município de Campo Mourão.

A reivindicação é justa e merecida, haja visto, que o Município em questão, é o polo micro-regional que congrega os 23 municípios da região da COMCAM - Comunidade dos Municípios da região de Campo Mourão, todos com um grande fluxo de movimento, no que tange às atribuições desta companhia.

Face ao exposto e ciente da sensibilidade desta pasta frente aos apelos possíveis de serem realizados, ficamos no aguardo de um breve posicionamento.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 059

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao Diretor Presidente da Companhia de Habitação do Estado do Paraná, Exmo. Sr. ODENI VILLAGA MONGRUEL, reivindicando para que seja promovida a viabilização da construção de 12 (doze) casas populares, para os funcionários do Departamento de Estradas e Rodagem D.E.R., residentes no Município de Peabiru, com a finalidade de prestarem serviços àquele órgão estadual, e entretanto não dispõe de acomodações próprias, sendo obrigados a comprometer uma parcela significativa do orçamento familiar, com despesas referentes à aluguel de casa.

Certo do empenho por parte desta Companhia, ficamos no aguardo de um breve posicionamento.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao Diretor da TELEPAR, solicitando a agilização dos trabalhos de instalação das linhas telefônicas no Distrito de Primavera, Município de Juranda, uma vez que a viabilização da expansão, através desse sistema de telefonia, já tem o parecer favorável da Companhia.

A presente proposição justifica-se pela carência sentida por parte da comunidade interessada, no tocante à satisfação de suas reais necessidades de comunicação,

uma vez que o posto telefônico, ora implantado, não consegue suprimir a demanda ocupacional, especificamente, por cumprir horários pré-determinados.

Sala das Sessões, em 19.02.90
(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos sobre a viabilidade da construção de um módulo policial ou de um patrulhamento móvel mais intensivo, no Conjunto Residencial Nivaldo Antonio Simionato, do Município de Peabiru.

A presente reivindicação nos foi encaminhada através de diversas lideranças daquela comunidade organizada e dada à relevância e grande abrangência social deste pedido, ficamos no aguardo de um breve posicionamento, por parte desta atuante Secretaria de Estado.

Sala das Sessões, em 19.02.90
(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando as medidas possíveis no processo de reforma do Colégio João Maffei Rosa, do Município de Juruanda, o qual nos encaminhou reivindicação nesse sentido, em que relacionam a necessidade imediata de 500 tacos, 25 fechaduras para porta, 50 lâmpadas e tinta para o assoalho ou sinteco, para suprir 11 salas de aula.

Dada a real necessidade e relevância desse pedido, ficamos no aguardo de um breve posicionamento.

Sala das Sessões, em 19.02.90
(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício à SANEPAR, solicitando a agilização das reivindicações feitas através da Prefeitura Municipal de Juruanda, no tocante à instalação da rede de água nas comunidades de Rio Verde e Primavera, distritos daquela localidade.

Haja visto que o abastecimento através de seu sistema de saneamento básico é inerente à boa saúde dos usuários, reiteramos nossos mais insistentes pedidos em nome da

comunidade interessada.

Sala das Sessões, em 19.02.90
(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 041

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor REINALDO TAVARES, Ministro do Transporte, encarecendo a reativação, com urgência, das obras do Contorno Sul, que tem por objetivo desviar o trânsito da BR-116 do perímetro urbano de Curitiba.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador ÁLVARO DIAS, ao Senador JOSÉ RICHÁ, ao Deputado Federal MAX ROSEN-MANN e ao Prefeito JAYME LERNER.

Sala das Sessões, em 19.02.90
(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Mais de 17 mil veículos, dos quais 70% são caminhões pesados, circulam diariamente pela Rodovia Regis Bittencourt (BR-116), estrangulando o trânsito ao juntar-se com os veículos da área urbana de Curitiba.

Estamos assistindo o agravamento do problema com uma rodovia de alto volume de tráfego com veículos pesados cortando a área praticamente central. Em alguns trechos a travessia é impossível dado o movimento da rodovia, o qual além de ser um fator de acidente prejudica o desenvolvimento da Capital nessa área.

Esses dados são uma pequena mostra, que por si só justifica a retomada dos serviços do Contorno Sul, cuja estrada é a principal ligação do sul com o resto do País, eliminando para o Sistema Viário de Curitiba um de seus piores gargalos da nossa Capital.

A manifestação desta Casa se impõe, principalmente pelo que representa para a economia do País a Rodovia BR-116.

REQUERIMENTO N° 039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador ÁLVARO DIAS, no sentido de estudar a possibilidade de anunciar, durante sua estada em UNIAO DA VITÓRIA no próximo dia 27 de março, o encaminhamento de Mensagem dispondo sobre a implantação da Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE.

Sala das Sessões, em 19.02.90
(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

União da Vitória comemora, no próximo

dia 27 de março, o seu centenário de emancipação política que diz muito a todos nós paranaenses especialmente àqueles que na árdua luta dos tempos difíceis deixaram um legado de trabalho e dedicação ao bem comum, manifestando plena confiança na geração que hoje dá continuidade ao crescimento com o mesmo denodo dos antepassados.

A passagem de seu centenário representa mais que uma comemoração. É um evento que marca, além do seu registro histórico, uma União da Vitória renovada pela fibra de seu povo ao longo da história.

O Art. 59 da nossa Constituição, nas disposições transitórias, institui a Fundação Universitária Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, resultante da incorporação das Faculdades de União da Vitória, Palmas, Pato Branco e Francisco Beltrão, razão porque toda a população da região do Vale do Iguaçu e por extensão todo o sudoeste, historicamente angustiada na esperança da concretização de sua Universidade, esperam a assinatura do ato histórico do Senhor Governador, para minorar a angustiante situação daqueles que não divisam expectativas estimulantes para seus sonhos.

REQUERIMENTO N° 035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulação à Diretoria eleita da COCAMAR, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Senhor Luiz Lourenço, desejando uma profícua gestão à frente dessa conceituada Cooperativa paranaense.

Nesta oportunidade, relacionamos, para que conste nos Anais desta Casa, os nomes dos membros eleitos:

Diretoria Executiva: Luiz Lourenço - Diretor - Presidente.

Edilberto José Alves - Dir. Executivo.

João Cardnes Marques - Dir. Executivo.

Conselho de Administração - Paulo Kunio Kondo.

José Avelino Silva

Tranquilo Demori

José Armando Fabril

Mauro Bertola Mazzo

Afonso Akioshi Shiozaki

Lindolfo Jacinto Junior

João Trindade Lopes

Claudio Siroti

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 036

Súmula: Requer voto de congratulações pela passagem do 100° aniversário de União da Vitória.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações ao Município de União da Vitória, pela passagem do Centenário de sua emancipação política.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Prof. MARIO RIESEMBERG ao Vice-Prefeito, Dr. FERNANDO BOHRER e aos Senhores Vereadores: DÉCIO PACHECO, ELOY TONON, HUSSEIN BAKRI, JAIME DA SILVA LEITE, MARIO CESAR PATRUNI, MARTIN FRANCISCO RIBAS, OMANOEL THOMAZ DA SILVA, ODENIR BORGES E REMI HAROLDO GLEICH, como expressão, do Poder Legislativo paranaense, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Quem viu União da Vitória nascer não está aqui para comemorar este Centenário.

Quem tanto trabalhou não está aqui para usufruir.

Muitos dos que se sacrificaram por este Município não desfrutaram do progresso e da melhoria que ajudaram a construir.

Certamente os que hoje estão aqui lutando para uma vida ainda melhor, não estarão aqui para viver a nossa UNIÃO DA VITÓRIA dos 200 anos. É assim, mas é a vida.

Estas palavras têm um sentido. Isto quer relembrar a todos que cada um constrói a sua comunidade não para si, mas também para todos. É como aquele homem que aos 80 anos plantava uma árvore com tanto entusiasmo como se ele próprio fosse usufruir da sombra e dos frutos que ela iria um dia produzir.

União da Vitória é um Município que não é meu nem seu; ele é de todos os que souberam construí-lo. Esta é a essência da filosofia de todos os que trabalham em favor de seus semelhantes.

Estas palavras são, então, um agradecimento a todos os que deram parte de sua vida em favor desta terra e sua gente. São também um incentivo a todos os que hoje igualmente se sacrificam, não por si, mas por uma vida melhor para todos.

Cem anos para o arquiteto do Universo - que tudo fez e fará - é um tempo ínfimo. Para nós que aqui estamos para cumprir a missão, pode ser um tempo eterno. Depende, de nós, depende de nossa vontade de realizar. É bom lembrar o poeta que disse um dia:

"TRABALHA porque a vida é pequena e não há para o tempo demora; não gasteis os minutos sem pena, não façais pouco caso das horas"

Na sequência histórica de nossa terra, veremos como tantos trabalharam e lutaram para que União da Vitória fosse hoje o que

é, melhor que ontem e muito melhor amanhã.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, homenageia, com este voto, a laboriosa e culta população de União da Vitória, pelo centenário de sua emancipação política, homenagem esta dedicada igualmente aos seus administradores de todos os tempos - Prefeitos: Cel. AMAZONAS DE ARAÚJO MARCONDES, Cel. ARTHUR DE PAULA E SOUZA, Major PEDRO ALEXANDRE FRANKLIN, LEOPOLDO CASTILHO, DR. JOAQUIM PENIDO MONTEIRO, JOSÉ CLETO DA SILVA, FRANCISCO AZEVEDO MÜLLER, Capitão JOÃO SOARES NEIVA DE LIMA, PEDRO DE SÁ RIBAS (NONO), MANOEL TAVARES DE LACERDA, FRANCISCO CLEVE, JOSÉ POMPEU, JOÃO TENIUS, INOCÊNCIO DE OLIVEIRA, JOÃO FRANCKLIN, ROMANO VIEIRA KULHMANN, DUARTE CATA PRETA, RANULFO COSTA PINTO, OSCAR GAIER, EURICO CLETO DA SILVA, CIARINDO SAMPAIO, DR. ADALBERTO A. PEREIRA, ASTOLPHO MACEDO DE SOUZA, DR. HIVAÍ MARTINS, JOSÉ ALEXANDRINO DE ARAÚJO FILHO, DR. HUGO BORGES MARÇAL, FRANCISCO AQUILES SAPORITI, JOÃO ROMANZINI FILHO, JOSÉ PACHECO CLETO, DOMICIO SCARAMELLA, MAURO DE OLIVEIRA CAVALIN, DIBE ABRÃO, ESMALDO DELLA BARBA KÜRTEN, FARID GUÉRIOS, TANCREDO BENGHI, GILBERTO FRANCISCO BRITES, ALCIDES FERNANDES LUIZ E MARIO RIESEMBERG e Vereadores; ABELARDO JANSSEN, ABÍLIO HEISS, ACIR CAS-SOU, ADELINO GONÇALVES DE ANDRADE, AFONSO NADOLNY, AFFONSO REIS TEIXEIRA FILHO, AGAPITO AMARO PEREIRA, AIRTON MALTAURO FILHO, AIRTON MALTAURO, ALCIDES FERNANDES LUIZ, ALCIDES FERREIRA E SOUZA, ALCIDES VOLDONOS, ALEXANDRE CHARAVARA, ALFREDO NOGUEIRA, ALFREDO SOARES GOMES, ALFREDO STALCHMIDT, ALPHEU BALARDINI, ALVINO MOREIRA DE CASTILHO, AMAZONAS DE ARAÚJO MARCONDES, AMÉRICO XAVIER DE ARAÚJO, ANIBAL KHURY, ANTONIO BABY, ANTONIO BUENO AFFONSO, ANTONIO COSTA PINTO FILHO, ANTONIO JOAQUIM DE ANDRADE, ARI VALDECIR NOGUEIRA, ARTHUR DE PAULA SOUZA, ASTOLPHO MACEDO DE SOUZA, AUGUSTO BUSMAYER, AUGUSTO KÜRTEN, AUGUSTO LIMA, AUREA DE SOUZA CLAUSEN, AURÉLIO FONTANA DE PAULLI, BASÍLIO LITWNSKI, BELÉM SILVESTRE CERRI, BENEDITO SADDOK DE SÁ, BENITO ABRÃO PERIZZOLO; BERTHOLDO HEY, BERTOLDO VIER, BENTO CUNHA, BRUNO RICKE, CARLITO CREMA, CARLOS CREMA, CARLOS DALMAZ, CARLOS FAGUNDES, CARLOS GROTH, CARLOS KUNZER JUNIOR, CARLOS MORO, CARLOS ROBERTO MORITZ, CECIL LAUREANO LEME, CHAQUIB HASSAN, CÍCERO CEZAR DE OLIVEIRA, CLODOALDO NEUMAM, CLOVIS PACHECO DOS SANTOS, CORDOVAN FREDERICO DE MELLO, DARCY CAPRIGLIONE, DÉCIO PACHEDO, DIB ABRÃO, DIDIO AUGUSTO, DIRCEU MORAES DE SOUZA, DIRCEU SALDANHA MUNIZ, DOMÍCIO SCARAMELLA, DORGELLO CORDEIRO, DUARTE CATA PRETA, EDUARDO FRANCISCO NEUMAM, EDUARDO TEIXEIRA, EDUARDO SENFF, EDUAR GUÉRIOS, ELIAS RISCLEWITZ, ELOY TONON, ELOY XAVIER FOLKEMBACK EMIDIO SANTANA DE MORAIS, EMILIO RICKE, ERMELINDO

DE PAULA VIEIRA, ERMINDO FRANCISCO ROVEDA, EROS ALDO DA SILVEIRA LEPCA, ESTANISLAU NOVITSKI, EUGENIO COVALCHUK PRIMO, EUGENIO MARINHUK, EURICO PACHECO CLETO, EUZÉBIO CORREA DE OLIVEIRA, FLORICO TRATCH, FRANCISCO ACHILES SAPORITTI, FRANCISCO AZEVEDO MÜLLER, FRANCISCO BITTENCOURT, FRANCISCO CLEVE, FRANCISCO MACHADO, FRANCISCO PILUSKE, FRANCISCO SCHMIDT, FREDERICO ALVES, FREDERICO ALVES SOBRINHO, FREDERICO TEIXEIRA GUIMARÃES, FREDERICO WEIGERT, GABRIEL RIESEMBERG, GERALDO OLINCK, GERMANO KÜRTEN, GERMANO SCHWARTZ FILHO, GILBERTO ABRÃO, GILBERTO FRANCISCO BRITES, GODOFREDO GROLMAM, GREGÓRIO POSTUCH, GUERINO MASSIGNANN, GUILHERME GAERTNER, GUSTAVO TENIUS, HERMENEGILDO ALVES MARCONDES, HENRIQUE EDUARDO BURMESTER, HENRIQUE SABOTA, HERBERT CARLSON, HILTON ERNESTO MORO, HOMERO SILVESTRE GUERREIRO, HUGO STROZZI, HUSSEIN BAKRI, ILCEU PAULO GAERTNER, INOCÊNCIO DE OLIVEIRA, IRENO THIAGO ARAÚJO, IRENO VICENTE, ISAAEL PASTUCH, IVO CLOVIS CUNHA, JABER FARAH, JAIME DA SILVA LEITE, JOÃO BIEBERBACH, JOÃO CLAUSEN, JOÃO DARCI RUGGERI, JOÃO FARINI MANSUR GUÉRIOS, JOÃO PEDRO RIESEMBERG, JOÃO ROMANZINI FILHO, JOÃO SCARAMELLA, JOÃO SOARES NEIVA LIMA, JOÃO TENIUS, JOÃO THEOPHILO GOMES JÚNIOR, JOAQUIM FRANKLIN, JOAQUIM PANACIONE, JORGE CURI, JORGE DIENER, JORGE JAMIL GABARDO, JORGE MARTINS MADER, JORGE MUSSI FARAH, JOSÉ ALEXANDRINO DE ARAÚJO, JOSÉ ALEXANDRINO DE ARAÚJO FILHO, JOSÉ ANTONIO CARNEIRO, JOSÉ AZEVEDO MÜLLER, JOSÉ CAETANO FERREIRA, JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY, JOSÉ CLETO DA SILVA, JOSÉ FRANKLIN, JOSÉ LIMA, JOSÉ MANOEL DE CAMARGO, JOSÉ MOURA JÚNIOR, JOSÉ MOURA, JOSÉ POMPEO, JOSÉ RAMOS DE MELLO, JOSÉ SANT'ANA MORAES, JOSÉ SERAFIM, JUVENAL CARVALHO ROCHA, LADISLAU CAZNOCH, LADISLAU KOVALESKI; LARI BOGUS, LAUDEMIR LUIZ WOLSKI, LAURINDO JOSÉ GARCIA DA COSTA, LAURO PIAZERA, LENO TONIAL, LEONARDO PEREIRA WEIS, LEONE GERMANO SCHWARTS, LEOPOLDO BATH, LEOPOLDO DE PAULA CASTILHO, LOURENÇO VIEIRA, LUDOVICO GAVELICK GARCIA, LUIZ BENVINDO CORDEIRO, LUIZ MARTINS SCHMIDT, LUIZ WOLSKI, MANOEL CARDOSO RIESEMBERG, MANOEL ESTEVÃO, MANOEL FABRÍCIO VIEIRA, MANOEL OLEGÁRIO DA SILVA, MANOEL PEDRO CORREIA DE FREITAS, MANOEL SANT'ANA MORAES, MANOEL TAVARES LACERDA, MANOEL THEODORO SARAIVA, MARCONDES DE FRANÇA, MÁRIO CÉSAR PATRUNI, MÁRIO FREDOLIM SINM, MARTIN FRANCISCO RIBAS, MAURO JOSÉ MAYER, MAURO DE OLIVEIRA CAVALLIN, MAX SCHWARTZ, MIGUEL ANGELIN CREMA, MIGUEL CHASTALO, MILTON MOURA, NAPOLEÃO FEIJÓ, NAPOLEÃO MARCONDES DE FRANÇA, NATÁLIO PEREIRA DE SOUZA, NELSON CATA PRETA, NICOLAU ZIMMER, OCTÁVIO DE ARAÚJO, ODENIR BORGES, OLEGARIO FERREIRA DE ALBUQUERQUE, OMANOEL THOMAZ DA SILVA, ORLANDO BUENO, OSCAR GEYER, OSCAR LUIZ SASS, OSMAR ROMULO, FREDERICO CORA-

DIN, OSMAR TEIXEIRA SOARES, OSVALDO MARCONDES ALBUQUERQUE, OSVALDO SCHWARTZ, OTACILIO EUSTÁCHIO DO AMARAL, OTÁVIO PORTES, PADRE JOSÉ LECHNER, PAULO GABARDO, PAULO MARCONDES DE ALBUQUERQUE, PEDRO ALEXANDRE FRANCKIN, PEDRO DE SÁ RIBAS (NONHO RIBAS), PEDRO STELMACHUCK, PEDRO XAVIER DE ARAÚJO, PÉRICLES RIBAS, RAIMUNDO LEONARDI MINIKOSKI, REGINALDO CALLIGARI, REINALDO SCHULTZ, REINALDO MEINEKZ, REMI HAROLDO GLEICH, REMI KUNZER, RICARDO BATH, RIGOLETTO CONTI, RIVADÁVIA ARAÚJO AMAZONAS, ROBERTO SAMUEL PETRY, RODOLPHO CASEMIRO DA ROCHA, ROMANO VIEIRA HUHIMAM, ROMEU GUIMARÃES MACHADO, RUY KUNZER, SALIM GUÉRIOS, SALOMÃO ANTONIO CARNEIRO, SEBASTIÃO AUGUSTO QUADROS, SEBASTIÃO MATTOZO, SERAFIM AFONSO MARTINS, SERAFIM SCHEFFER, SEVERINO MASSIGNANN, SILAS MUNIZ REIS, SILVESTRE BOSCHAK, SILVESTRE CIESLAK, SYLVIO DA CUNHA CARNEIRO, THIMOTHEO DE SOUZA FEIJÓ, VALDIR VIEIRA, VALDOMIRO DANIEL CORDEIRO, VALENTIN WOTROBA, VESPERTINO MARCONDES DE FRANÇA, VERGILIO JOSÉ CORREA, VITORIO BONA, WALFRIDO DELLA BORBA KÜRTEN, WALTER GAEBLER, WALTER SASS, WILSON ALVES, E WLADISLAU ROBERTO GACH.

União da Vitória, fundada pelo Coronel AMAZONAS DE ARAÚJO MARCONDES, um verdadeiro bandeirante, que lançou as sementes do desenvolvimento da região, implantando o sistema de transporte a vapor, promovendo com seu pioneirismo um surto de progresso incomparável, motivando o governo, através do Decreto n. 54 de 27 de março de 1890, a elevar a então freguesia do PORTO UNIÃO DA VITÓRIA à categoria de Vila, e, pelo decreto n.º 5 do mesmo dia, mês e ano, passou à categoria de Município, desmembrado do Município de Palmas.

Nas tradições mais caras dos paranaenses, na economia, na cultura paranista, no espírito de trabalho, tem suas raízes na cidade de União da Vitória, às margens do Rio Iguaçu, seu parque industrial vigoroso, baseado na transformação da madeira, da erva mate, e, agora da agricultura.

A passagem do seu centenário representa muito mais que uma comemoração. É um evento que marca, além do seu registro histórico, uma União da Vitória renovada pela fibra do seu povo ao longo da história. Ali aportaram pessoas de todas as raças, esqueceram suas origens e se uniram fortes pelo bem comum de uma cidade que nasceu com o destino de estar sempre em franco desenvolvimento.

Nas páginas de sua história escrevemos um pouco de nossa lida, e hoje, temos orgulho de, com todos brindarmos seu centenário de vertiginoso progresso.

Por todos esses fatos, o centenário de União da Vitória, diz muito a todos nós paranaenses que amamos nossa terra e que a ela devotamos o melhor de nossas energias.

Com esta proposição o Legislativo Paranaense tributa homenagem aos homens e mulheres que na árdua luta dos tempos difíceis deixaram um legado de trabalho e dedicação ao bem comum. E ao mesmo tempo manifesta plena confiança na geração que hoje dá continuidade ao crescimento com o mesmo denodo dos antepassados.

REQUERIMENTO N.º 042

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Senhor Demétrio Sokolowskei pela sua dedicação diuturna na presidência da Comissão Administrativa da Igreja de São Basílio Magno durante a edificação da Nova Igreja Matriz da Comunidade Ucraniana de União da Vitória.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor Demétrio Sokolowskei para que receba e transmita à toda a comunidade ucraniana, o respeito e a admiração da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Demétrio Sokolowskei, recebeu mera homenagem de toda a comunidade ucraniana pelos relevantes serviços prestados e pela sua dedicação permanente à frente da Comissão administrativa da Igreja de São Basílio Magno durante a edificação do novo templo, inaugurado oficialmente com a benção solene e consagração da nova matriz, por Sua Excelência Reverendíssima Dom Efraim Krevey, bispo eparca dos católicos ucranianos do Brasil, revestindo-se num dos maiores e mais belos templos de estilo bizantino de todo o Brasil.

A conversão da Ucrânia ao Cristianismo, ocorrida há mil anos passados, é um acontecimento dos mais expressivos da igreja porque através desse fato a nação marchou para sua consolidação político social. A conversão aconteceu com o batismo do príncipe Valdomiro às margens do Rio Dnieper no ano de 988.

Este episódio é relevante para os paranaenses porque nosso Estado recebeu imigrantes ucranianos que demonstraram o alto valor de trabalho e principalmente da fé que o Evangelho de Jesus inspira em todos os corações. O povo ucraniano foi tantas vezes dominado e escravizado, mas sempre lutou e jamais perdeu sua identidade cultural e sua fé, preservando valores que se transmitem às gerações. A tenacidade do caráter, a vontade de vencer, o amor a família ... são portanto, incontáveis os exemplos transmitidos pelos nossos irmãos

da Ucrânia aos paranaenses, terra que muitos deles adotaram como pátria do coração, aqui construíram família criaram os filhos e prestaram e prestam inestimável contribuição ao nosso desenvolvimento e, muito especialmente ao fortalecimento da nossa fé e dos valores culturais, religiosos e morais. É o caso do Senhor Demétrio Sokolowski, que chegando ao Brasil em 1930, escolhe União da Vitória para sua nova cidade, onde constituiu sua família.

Em nome do povo que aqui representamos, desejamos fazer este registro.

REQUERIMENTO N° 075

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e após ouvido o Douto Plenário, à formulação e inserção em Ata de Votos de Congratulações ao novo presidente do Conselho Diretor da Sociedade dos Usuários de Computadores e Telecomunicações - SUDESUL - NACIONAL.

Na presidência da SUDESUL - NACIONAL, representando 17 Sucesu's Regionais, com mais de 3.550 empresas associadas, o diretor Fábio de Souza Neto dedicar-se - à na implementação de um programa de atividades que fortalece o papel do usuário de informática e telecomunicações, diante da importância dessas tecnologias para o desenvolvimento e melhoria dos padrões sociais do nosso país.

Que a presente proposição represente os cumprimentos deste Poder, além dos votos sinceros para que a nova presidência alcance seus objetivos, numa gestão profícua e empreendedora.

Que do teor do presente, dê-se ciência aos homenageados, na regional da SUDESUL, à rua Com. Araújo, 143 - 10° andar, cj. 101, CEP 80.417, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 076

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos legislativos desta data, Votos de Congratulações pela comemoração do centenário do Município de Araucária.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Data do ano de 1968 o início da região que hoje constitui o Município de Araucária. Foi naquele ano que Domingues da Cunha obteve uma sesmária que lhe foi doada pelo capitão-mor Gabriel de Lara, situada na passagem de Apiaúna. Outras sesmarias foram igualmente doadas aos seus filhos

Luiz e Garcia Rodrigues Velho, fazendo testada com o Rio Iguaçu, então conhecido pela denominação de Rio Grande de Curitiba. A localidade recebeu a designação de Tindiquera. O povoamento foi rápido, estabelecendo-se ali o cirurgião Pascoal Fernandes Leite, o capitão Manoel Picam de Carvalho e muitos outros. Segundo a tradição, o povoado de Tindiquera, centro mais populoso, da zona que veio a constituir o atual Município de Araucária, teve a origem no seguinte fato: residia em Curitiba a numerosa família dos Maías, homens valentes que mantinham contínuas lutas com as autoridades e outros povoadores da nascente Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais - Curitiba. Devido a esses incidentes, a família dos Maías foi obrigada a abandonar Curitiba e refugiar-se em lugar afastado, afim de evitar a ação da justiça e da vindita dos seus moradores.

Nas margens do Rio Iguaçu, os foragidos fundaram um pequeno povoado, com denominação de Tindiquera, outrora, uma aldeia dos índios que habitavam o planalto curitibano.

Os tingüis eram mamelucos, isto é, descendentes de índios brasileiros e portugueses, sendo Tindiquera uma miniatura da vila de Santo André.

No Império - ano de 1876 - começou a corrente migratória dos elementos europeus, principalmente poloneses, russos e alemães, que se estabeleceram na localidade, emprestando notável surto de progresso à toda região. A Colônia Tomás Coelho foi fundada pelo Governo Imperial e abrangia a vasta área de terra, no planalto curitibano.

O primeiro nome da povoação foi o de Assungüi, que passou depois a denominar-se Tindiquera. Ao ser elevada à categoria de Freguesia, pelo Lei Estadual n. 21, de 28 de fevereiro de 1885, recebeu a denominação de Iguassu.

Foi com o advento da República que a população da Freguesia de Iguassu solicitou, através de um abaixo-assinado, encaminhado pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral, ao Governo do Estado, a elevação da Freguesia à categoria de Vila, e a consequente criação do Município.

Assim, pelo Decreto Estadual n° 40, de 11 fevereiro de 1890, foi criado o Município de Araucária, com território desmembrado de Curitiba e de São José dos Pinhais. A instalação oficial foi feita em 01 de março de 1890.

O nome de Araucária provém de grande número de pinheiros (araucária angustifolia) existentes na região.

O primeiro prefeito de Araucária foi o Sr. Manoel Gonçalves Ferreira. A primeira eleição municipal realizou-se em 22 de setembro de 1892, tendo sendo eleitos os se-

guintes vereadores: Francisco da Costa Pina, Fernando Surkow, Vicente Calderari, José Marszelek, Lourenço Gradowski, Joaquim de Oliveira Melo, Lúcio de Paula Lopes, Luiz Gomes de Amorim e Joaquim Ramos Ribeiro.

Pela Lei n. 1055, de 05 de abril de 1911, foi criado o Termo Judiciário de Araucária, instalado pelo Dr. Leonel Pessol da Cruz Marques, no dia 04 de junho de 1911. Em virtude da Lei n. 1098, de 19 de abril de 1919, Araucária foi elevada à sede de Comarca, cuja instalação efetuou-se pelo Dr. Estanislau Cardoso, a 14 de maio do mesmo ano. Tendo voltado a Termo Judiciário, pelo Decreto-Lei n. 93, de setembro de 1948, Araucária foi novamente elevado à Comarca, tendo-se dada a instalação no dia 25 de janeiro de 1949, pelo Dr. Luiz de Albuquerque Maranhão Júnior.

Compreende o Distrito de Guajuvira, criado como judiciário pela Lei Estadual n. 1980, de 05 de abril de 1920 e como administrativo pela Lei Estadual n. 02, de 10 de outubro de 1947, no Município de Araucária.

Neste ano, quando comemora-se o centenário de Araucária, há motivo de muitas comemorações, sobretudo, pelo crescimento extraordinário que o Município vem experimentando, inclusive sendo a segunda maior arrecadação de ICM do Estado.

O mesmo espírito valente dos fundadores do povoado de Tindiquera - os Maías - nota-se nitidamente nos araucarienses: determinados, empreendedores, tenazes e trabalhadores.

Que a presente proposição possa alcançar os araucarienses, num abraço fraterno, a esse povo extraordinário, que concorre, diuturnamente, para o crescimento do nosso Paraná.

Aos seus governantes e representantes, os cumprimentos pelo empenho na gerência dessa riqueza incrustada no coração da Região Metropolitana.

Aos empresários e comerciantes em geral nosso abraço pela confiança depositada no futuro promissor de Araucária.

Que do teor do presente, dê-se ciência aos vereadores e prefeito de Araucária.

REQUERIMENTO N° 079

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos de hoje do Poder Legislativo, Votos de Congratulações ao Paraná Clube.

O Paraná Clube nasceu na noite de 19 de dezembro próximo passado, resultado da fusão dos Clubes Pinheiros e Colorado. A decisão de unir tricolores e alvicelestes veio através de um plebiscito onde 1374

associados dos dois clubes disseram "sim" à junção.

A idéia de fusão dos dois clubes vem sendo discutida há algum tempo e só nos últimos dias tomou corpo e foi concretizada com a consulta aos associados.

O Paraná Clube nasce forte porque resulta exatamente da união de duas grandes forças do esporte no Paraná. Dois clubes de prestígio que alcançaram destaque no cenário nacional inclusive.

A fusão reflete os interesses dos associados que aprovaram maciçamente a proposta e que, a partir de agora, formam uma grande torcida em favor do novo clube paranaense.

Que a presente proposição represente o abraço desse Poder Legislativo aos dois clubes que deixam de existir - Pinheiros e Colorados - que muito engrandeceram nosso esporte e, ainda, o abraço à nova forma do esporte paranaense, PARANÁ CLUBE que tem, na sua primeira diretoria, nomes de mais alta capacidade, dinamismo e respeito, que temos certeza, colocarão seu trabalho e empenho à disposição do engrandecimento do nome do Paraná.

Que do teor do presente dê-se ciência à Diretoria do novo clube.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 072

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, o envio ao Senhor Procurador-Geral da Justiça, de matéria para análise jurídica.

Quer o parlamentar subscrito, através do presente, conhecer o parecer do Douto Representante do Ministério Público, sobre a perspectiva de demissão sumária de 867 funcionários públicos envolvidos no programa PARANÁ RURAL, contratadas por instituições do Governo Estadual como IAPAR, EMATER, ITCF, COPASA ETC, por razões alegadas como puramente "burocráticas".

Tais contratações foram procedidas da forma mais lícita possível, seja através de editais de concurso, divulgados pela imprensa do Estado, endereçados a pesquisadores, extensionistas e demais técnicos da área de agricultura que, após a realização das provas e entrevistas, demonstraram sua competência para participar do Projeto.

Tais cidadãos, deixaram, portanto, suas antigas colocações profissionais para dedicação exclusiva ao programa PARANÁ RURAL da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e hoje, na expectativa da perda da colocação em que se encontram, vivem clima de intensa intranquilidade.

"O Governo acena com uma reversão par-

cial das demissões, recontratando parte dos funcionários, supostamente até o próximo mês março. Esse aparente recuo se deve, principalmente, ao fato de as demissões serem ilegais frente à Lei eleitoral que impede dispensas e demissões até a posse do novo presidente. Este fato no entanto, só vai adiar o problema e, talvez, enganar o Banco (BIRD) por mais alguns dias, já que a perda de credibilidade permanece a mesma". - diz o texto em anexo.

O projeto em alusão é financiado pelo BIRD e BID, que pagaram a metade dos salários da equipe de profissionais contratados durante seis meses, tempo utilizado principalmente para treinar os técnicos e demais funcionários, e, quando os mesmos deveriam iniciar realmente suas atividades, já treinados, o Governo os demite. Dessa forma, todo o dinheiro do Estado e do Banco utilizado no pagamento dos salários - foi inútil.

Como pode-se ver, claramente, as demissões de tais profissionais, exatamente no momento em que começariam a operar efetivamente no projeto, após o prazo de treinamento pago parcialmente pelo BIRD, reflete uma inadimplência do Estado do Paraná com os agentes financiadores do Projeto PARANÁ-RURAL, colocando em posição desfavorável, inclusive, o Paraná que necessita dos investimentos dessas entidades financeiras para o seu desenvolvimento.

Como depreende-se do fato, está em jogo a situação de 867 famílias de funcionários da Secretaria do Estado da Agricultura que, embora admitidas através de concurso de provas e títulos - como afirma o sindicato da categoria - estariam próximas da demissão sumária.

Ainda em posição desconfortável, todos os paranaenses que, com seus impostos, pagam a manutenção da máquina estatal e pagaram, também, a metade dos salários de tais funcionários por seis meses, afim de que fossem treinados para, apenas depois, reverter isso em favor da comunidade do Paraná.

Trata-se da defesa, portanto, de interesses de toda a sociedade paranaense e de cada um dos 867 funcionários mantidos na expectativa da demissão, gerando uma de insustentável e cruel intranquilidade.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento e Pesquisa do Paraná: Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento e Pesquisa de Londrina e Sindicato dos Engenheiros de Londrina.

Sala das Sessões, em 19.01.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 026

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições legais, REQUER, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de que seja inserida na próxima Revisão Judiciária a transformação da região de WITMARSUM em Distrito Judiciário do mesmo nome, em fase de criação por esta Assembléia, em razão da fundação abaixo:

"O Distrito Judiciário cuja criação ora é proposta, deverá representar um decisivo reforço ao desenvolvimento de uma vasta e promissora região do Paraná, onde se localizam a tradicional comunidade de Witmarsum.

A comunidade de Witmarsum situa-se na extrema do Município de Palmeira, logo a seguir São Luiz do Purunã, distanciamos de 30 quilômetros da sede de Palmeira, o que obriga a sacrifícios e gastos de tempo e recursos para o deslocamento de seus habitantes.

A comunidade de Witmarsum, nucleada em torno de sua cooperativa representa um exemplo cabal de integração entre os colonos que emigraram de terras longínquas e a gente brasileira, mesclando-se os sócios e dirigentes entre ambas as etnias, todos sustentados no ideal do trabalho digno como elemento de auto-realização e de progresso, tão necessário ao nosso Brasil e ao Paraná."

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 037

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado, em caráter de urgência, ao Excelentíssimo Sr. Doutor Jader Barbalho, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, no sentido de determinar estudos na busca de uma correção readequadora no que diz respeito aos valores e prazos de pagamentos ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, signatário de Convênios MEC-MPAS, para minorar a situação gravíssima que está atravessando no momento comprometendo a saúde de uma gigantesca clientela de todo o Estado do Paraná, inclusive do nosso tradicional hospital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, ao Dr. Delcino Tavares da Silva, Secretário de Estado da Saúde do Paraná e ao Dr. Bezede Nunes Nassif Júnior, Chefe do Escritório Regional do INAMPS no Paraná.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Hospital de Clínicas da Universidade

Federal do Paraná é um modelo no Sul e referencial de todo o sistema de saúde na Região. Mensalmente registra mais de 50 mil consultas, 1.500 internamentos e cerca de 100 mil exames. Além disso atende desde os casos mais carentes até os mais complexos, como os transplantes, oriundos do Paraná e outros Estados do Sul.

É por excelência, um centro formador de recursos humanos na área de saúde, desenvolvendo também trabalhos de pesquisas reconhecidos nacionalmente.

Embora pertença ao Ministério da Educação, provê todo o seu custeio operacional a partir de receitas próprias obtidas os recursos como contrapartida aos serviços que presta ao SUDS - (MPAS - INAMPS), respondendo o MEC apenas pelos salários dos professores e parte do pessoal.

Acontece, porém, que os reajustes da tabela do convênio MEC-MPAS, fonte principal do custeio, têm estado defasados dos índices inflacionários e os respectivos pagamentos são completados sempre dois meses após o serviço prestado. Com a atual taxa de inflação é fácil perceber o que isso representa em perdas.

O Hospital de Clínicas de Curitiba não consegue sequer repor os estoques de medicamentos, alimentos, roupas hospitalares, materiais e outros insumos necessários.

Diante desse quadro, faz-se necessária a sensibilidade do Ministério da Previdência Social no sentido de solucionar o grave problema, bastando para isso apenas rever os preços pagos pela prestação de serviços e agilizar a liberação dos recursos devidos.

Do contrário, o Hospital de Clínicas de Curitiba ficará impedido de desenvolver seu trabalho, prejudicando em especial a comunidade carente deste Estado.

REQUERIMENTO N° 050

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, Requer, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Previdência e Assistência Social e Educação, no sentido de que sejam atendidas as reivindicações dos Hospitais Universitários, no tocante ao ajuste monetário dos pagamentos efetuados a estes, bem como a redução do prazo para esses pagamentos, tendo em vista que, com a inflação galopante em que vivemos atualmente, o prazo de pagamento e a não atualização monetária desses valores, vem inviabilizando o atendimento aos necessitados e a perdurar tal situação em espaço muito pequeno de tempo, haverá um colapso total e com isso haverá

prejuízos irreparáveis aos que se socorrem dos atendimentos prestados pelos Hospitais Universitários.

Do presente Requer, se dê conhecimento ao Professor Ricardo Akel - Diretor Geral do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO 058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao Presidente da TELEPAR, Exmo. Sr. Fernando Xavier Ferreira, solicitando a agilização dos trabalhos de instalação das linhas telefônicas no Distrito de Farol, Município de Campo Mourão.

A presente proposição justifica-se plenamente, pela carência sentida por parte da comunidade interessada, no tocante à satisfação de suas reais necessidades de comunicação, uma vez que o Posto Telefônico, ora implantado, não consegue suprimir a demanda ocupacional, especificamente, por cumprir horários pré-determinados.

Sobre a viabilidade da instalação de DDDs, informamos que já encontra-se nas mãos desta companhia, uma relação de interessados em número superior a 60 (sessenta clientes).

Grato pela atenção que puder dispensar a este pedido e certo de seu imediato atendimento, renovo meus votos de estima e consideração e fico no aguardo de um breve posicionamento.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO 062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao Diretor Presidente da FASPAR, solicitando-lhe proceder a doação de um veículo kombi, para o "Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Goioerê," com sede e foro no Município de Goioerê.

A presente reivindicação prende-se ao fato desta mencionada entidade, prestar relevantes serviços através de seus associados, na condição de trabalhadores avulsos, para diversas empresas da cidade e municípios vizinhos, totalizando 590 trabalhadores congregados e cerca de 1500 dependentes.

Ocorre, que no momento em que avizinha a safra agrícola vindoura, o Sindicato não possui suporte financeiro para suprir às necessidades de locomoção e administração, devido ao fato de que nesse período, o nú-

mero de trabalhadores se eleva para até 700 sócios, em razão do fluxo de municípios vizinhos, comprometendo dessa forma, os compromissos da entidade.

Ciente da sensibilidade desta pasta, ficamos no aguardo de um breve posicionamento.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO 063

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Dalcino Tavares, solicitando a liberação de verbas daquela pasta, para a construção de uma sede própria para o "Núcleo Regional de Hemoterapia do Município de Campo Mourão."

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Regional de Hemoterapia de Campo Mourão, funciona desde julho de 1988, em uma sede provisória, nas instalações da Santa Casa daquele município e o referido hospital necessita deste espaço físico para as suas atividades rotineiras, bem como o equipamento do Núcleo Regional de Hemoterapia não pode ser completamente instalado, em virtude da falta de espaço, e os mesmos vêm-se obrigados a alojar seus materiais empilhados e com total desconforto.

Os trabalhos realizados por este órgão, são de fundamental importância para a região da COMCAM, que congrega 23 municípios atendidos por ele, salvando e contribuindo para a salvação de muitas vidas de nossos munícipes, os quais merecem cuidado e atenção por parte do governo do estado, que ciente da real necessidade desta construção, se posicionará favoravelmente, dentro do mais breve possível.

REQUERIMENTO 064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER para que seja enviado ofício ao Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de linhas telefônicas no Distrito de Marabá, Município de Tuneiras do Oeste.

A implantação do sistema DDD, em muito contribuiria para o progresso daquela localidade, haja visto, este benefício ser um grande encurtador de tempo e distância entre as pessoas e negócios por elas efetuados.

Dada a relevância desta Proposição, ficamos no aguardo de um breve posicionamento.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO 065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando estudos visando a instalação de uma agência no Distrito de Marabá, Município de Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Com um grande número populacional, composto em sua maioria por produtores rurais, Marabá é um distrito que ocupa destaque no cenário municipal devido ao seu comércio e produtividade agrícola.

A ausência significativa no referido distrito, sem dúvida é a falta de uma agência BANESTADO, a qual evitaria o deslocamento dos moradores do Distrito a outros centros, em busca deste atendimento.

Considerando-se o exposto, ficamos no aguardo de um breve posicionamento.

REQUERIMENTO 066

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao DD. Sr. Fernando Xavier Ferreira, Presidente da TELEPAR solicitando estudos sobre a viabilidade de instalação de linhas telefônicas, no Conjunto Residencial Nivaldo Antonio Simionato, do Município de Peabiru.

A presente reivindicação nos foi encaminhada através de diversas lideranças daquela comunidade organizada e dada a relevância e grande abrangência social deste pedido, ficamos no aguardo de um breve posicionamento por parte desta Companhia.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO 067

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos sobre a viabilidade para o asfaltamento das ruas do Conjunto Residencial Nivaldo Antonio Simionato, do Município de Peabiru.

A presente reivindicação nos foi encaminhada através de diversas lideranças daquela comunidade organizada e dada a relevância e grande abrangência social deste pedido, ficamos no aguardo de um breve posicionamento por parte desta atuante

Secretaria de Estado.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO 030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a liberação de recursos através da FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ - FASPAR, para o MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DE VIDAS-MOLIVI de Maringá, entidade de grande valor social que atua na recuperação de viciados, reintegrando-os à sociedade.

A referida entidade encontra-se em situação bastante precária por falta de recursos financeiros, conforme atestam as fotocópias anexas a este requerimento.

1. SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL, Sr. RUBENS BUENO.

2. DIRETOR DA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PARANÁ - FASPAR, Sr. JORGE GOMES ROSA FILHO.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO 040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Engenheiro Francisco Luiz Sibut Gomide, solicitando a determinação de estudos para a iluminação do trevo (PR-280 - Palmas Armazém da COPASA).

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Estas providências da COPEL se fazem necessárias, porquanto o trevo aludido PR 280-Palmas Armazém da COPASA), mesmo tendo uma extensão relativamente pequena, tem motivado acidentes, principalmente porque com o crescimento da cidade localiza-se praticamente no meio urbano, com movimentação de pedestres, ciclistas e de outros pequenos veículos. Além disso, a iluminação representará ainda um fator de segurança para aquela população.

Temos plena certeza que a COPEL deixará de dar a devida atenção, contribuindo para a solução deste problema que preocupa não só a administração, mas também a comunidade palmense, motivo pelo qual encarecemos o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente requerimento à Diretoria da COPEL.

REQUERIMENTO 073

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

subscrito, REQUER, na forma regimental após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Procurador Geral do Estado, solicitando parecer sobre matéria de ordem jurídica.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme é do conhecimento de toda a sociedade, muitas têm sido as divergências em torno da legalidade ou não de promoções denominadas "bingões".

Liminares têm sido concedidas e cassadas pela Justiça. Projetos de Lei, com o objetivo de legalizar tal modalidade de jogos têm sido apresentados nesta Casa de Leis, como o que foi, recentemente, apresentado pelo nobre Deputado Hermas Brandão e outros que ainda não foram apreciados.

Os jogos "bingões", inicialmente realizados em estádios de futebol, pelo vulto, passaram a ser eletrônicos, transmitidos pela televisão, geram somas vultosas com destino, parcialmente, ignorado.

Como comunicador, há longa data, tenho presenciado inúmeras lides jurídicas, no campo penal, onde os jogos de azar sempre foram qualificados como contravenção penal, já que flagrantemente, violam o preceito de lei. Para nós, esses jogos não diferem daqueles, em forma e características.

Assim sendo, tendo em vista a atribuição dessa Procuradoria Geral do Estado, a quem compete, dentre outras, exercer "a representação judicial e extrajudicial do Estado e a Consultoria Jurídica do Poder Executivo", conforme dispõe o artigo 124, inciso I, da Constituição do Estado do Paraná, como representante do povo paranaense, nos dirigimos à Vossa Excelência, com o fim de buscar esclarecimentos quanto à matéria enfocada.

Inicialmente, solicitamos esclarecimentos gerais sobre as modalidades de "jogos de azar" passíveis de repreensão penal e quais os autorizados por lei. "A posteriori", mais especificamente, indagamos:

01. Lei Estadual pode instituir jogos realizados através do concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteios de números, símbolos de times de futebol, dentre outros, promovidos em datas prefixadas, com ampla divulgação pública, venda de cartelas antecipada e distribuição de prêmios mediante rateio?

02. Entidades privadas, com fins lucrativos, podem legalmente explorar tais modalidades de jogos?

03. A arrecadação obtida com a realização de tais jogos é isenta de pagamento de impostos - estaduais e federais - ?

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO 080

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado à Secretaria do Estado dos Transportes, expediente oficial do Poder Legislativo, solicitando a recuperação da Estrada do Cerne PR-090.

A Secretaria do Estado dos Transportes, através do DER, Departamento de Estradas e Rodagem, procedeu a recuperação, recentemente, de 4Km (quatro quilômetros). O restante permanece, contudo, intransitável.

O trecho Campo Magro-Bateias constitui-se na pior parte daquela rodovia, onde o estado é calamitoso. Há aproximadamente um ano e meio que não é feito qualquer tipo de reparo nesse trecho que deveria merecer cuidados prioritários da Secretaria dos Transportes, neste ano que se inicia.

O trânsito no trecho em questão é quase inviável fato que tem despertado revolta e indignação nos usuários habituais da rodovia.

Confiante no encaminhamento a ser dado, dentro da brevidade que o próprio caso requer, a presente solicitação, colocamos-nos ao aguardo de um pronunciamento por parte da Secretaria acionada.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 081

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Cia. de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, solicitando sejam efetuados os estudos e tomadas as providências necessárias para a instalação de um telefone público comunitário no Conjunto Parati I, nesta Capital.

Desnecessário falar da importância de tal aparelho para as centenas de famílias residentes naquele conjunto, em sua maioria, carentes, que não dispõem de outra forma de comunicação célere.

Certo da atenção proverbial, demonstrada por essa companhia quando de outros pleitos, colocamos-nos no aguardo de uma resposta favorável, dentro da brevidade que a própria questão requer.

Sala das Sessões, em 19.01.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 083

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado Estadual que este subscreve, pede seja oficiado, com urgência, ao Capitão dos Portos de Paranguá e ao Comandante da Operação Praias, manifestando a preocupação desta Assem-

bléia neste final de temporada - e como providências para a próxima temporada de verão -, quanto ao tráfego indevido de embarcações de grande porte, lanchas, barcos, jet-skis, na área destinada a banhos das praias do Paraná, contrariamente ao bom senso, à civilização, a todas as normas da Marinha, com grave prejuízo da maioria da população, pelas ameaças de integridade física aos banhistas, já que não se respeita nem a convenção internacional de, - à exceção dos portos e marinas -, permanecerem os barcos e similares a pelo menos 200m das costas de balneários.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Temos testemunhado abusos que podem provocar gravíssimos acidentes em Caiobá - sobretudo na Praia Mansa -, em Guaratuba e outros balneários, que inquietam pais e mães de família, quando seus filhos ficam impedidos de banho tranquilo pelo trânsito irregular de embarcações a motor, algumas de potência transatlântica, outras de grande velocidade, com hélices ameaçadoras, no local de natação e mergulho. Entendemos que é dever do poder público disciplinar o uso da orla, de maneira a prevenir acidentes que podem ser gravíssimos.

REQUERIMENTO N° 090

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Dr. Jader Barbalho, DD. Ministro da Previdência e Assistência Social e ao Dr. Carlos Sant'Anna, DD. Ministro da Educação, solicitando que os referidos Ministérios tomem as devidas e imediatas providências na busca de uma "correção readaptadora" aos valores e prazos de pagamentos aos Hospitais Universitários, conveniados com o MEC/MPAS, pois os Hospitais passam por dificuldades imensas e correm risco de um colapso total.

Que deste seja dada ciência ao Reitor da Universidade Federal do Paraná e ao Diretor Geral do Hospital de Clínicas.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Os ajustes da tabela de convênio do MEC-MPAS estão defasados, pois a inflação está em ritmo acelerado e os reajustes para repasse aos Hospitais Universitários, vide Hospital de Clínicas de Curitiba, estão em compasso vagaroso, particularmente no último semestre, e os pagamentos são completados sempre dois meses após o serviço prestado. E, com a atual taxa de inflação, após o recebimento do repasse, os Hospitais não têm condições de fazerem a reposição dos estoques, como remédios,

alimentos, roupa hospitalar e materiais diversos.

É realmente grave a situação dos Hospitais conveniados com o MEC/MPAS, comprometendo inclusive a eficiência no atendimento aos conveniados.

Como é do conhecimento de todos, o Hospital de Clínicas atende mensalmente 50.000 consultas, além de 1.500 internações, 300 partos e 100.000 exames, motivo pelo qual solicitamos aos DD. Ministros, que tomem as devidas providências em caráter de urgência, para o saneamento dos nossos Hospitais Universitários.

REQUERIMENTO N° 092

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Dr. Jader Barbalho, DD. Ministro da Previdência e Assistência Social e ao Dr. Carlos Sant'Anna, DD. Ministro da Educação, solicitando que os referidos Ministérios tomem as devidas e imediatas providências na busca de uma "correção readequadora" aos valores e prazos de pagamentos aos Hospitais Universitários, conveniados com o MEC/MPAS, pois os Hospitais passam por dificuldades imensas e correm risco de um colapso total.

Que deste requerimento seja dada ciência ao Reitor da Universidade Federal do Paraná e ao Diretor Geral do Hospital de Clínicas.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Os reajustes da tabela de convênio do MEC-MPAS, principal fonte de Custeio dos Hospitais Universitários, caso Hospital de Clínicas de Curitiba, têm estado intensamente defasados dos índices inflacionários, particularmente no último semestre, e os pagamentos são completados sempre dois meses após o serviço prestado, o que, com a atual taxa de inflação, não está sequer permitindo a reposição dos estoques dos insumos necessários ao atendimento (remédios, alimentos, roupa hospitalar e materiais diversos).

A situação gravíssima porque passam os Hospitais conveniados com o MEC/MPAS, agravam sobremaneira a saúde dos próprios hospitais, e em breve passarão a comprometer a saúde de uma gigantesca clientela de todo o Estado do Paraná.

A título ilustrativo, só o Hospital das Clínicas de Curitiba, desenvolve o seguinte atendimento: 50.000 consultas/mês, 1.500 internações/mês, 300 partos/mês e 100.000 exames/mês, números que comprovam a grandiosidade dos serviços prestados mas que também comprovam a imensidade das suas dificuldades financeiras, motivo pelo qual

apelamos aos DD. Ministros para que tomem imediatas providências para o saneamento da saúde de nossos Hospitais Universitários.

REQUERIMENTO N° 044

Senhor Presidente.

O artigo 26 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, responsabiliza o Estado pela elaboração de uma lista dos presos em regime de cumprimento de pena definitiva, no prazo de noventa dias, a partir de 05 de outubro próximo passado.

Quiseram os Constituintes de 1989, ao aprovar a referida norma, evitar possíveis injustiças a condenados que, eventualmente, possam estar cumprindo pena além do estabelecido por sentença.

Diante do exposto, REQUEIRO, após manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Justiça, Trabalho e Ação Social, e ao Excelentíssimo Sr. Procurador Geral da Justiça, solicitando informações a respeito do procedimento prescrito naquele dispositivo.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO 046

Senhor Presidente.

No artigo 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná está prevista uma articulação entre o Estado e municípios para promover, no prazo de cento e oitenta dias da promulgação da Carta Estadual, o recenseamento prescrito na Constituição Federal.

Como o prazo é exíguo para tamanha tarefa e como já estamos no marco dos três meses do mesmo prazo, REQUEIRO, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, para que encaminhe à Secretaria da Educação, solicitando informações sobre o estágio atual daquele procedimento.

Sala das Sessões, 19.02.90

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO 074

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Colendo Plenário, com fulcro nas suas prerrogativas Constitucionais, o envio à Secretaria do Estado da Fazenda, o seguinte,

PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

01. Qual a situação funcional dos servidores do IPEM, Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná?

02. Quantos servidores são estatutários, celetistas e/ou outros?

03. Qual a política salarial e plano de carreira de tais servidores?

04. Quando e de que forma foram efetuadas as últimas contratações no IPEM/PR?

05. Conforme convênio existente com o IPEM, qual a participação com o INMETRO, para execução de atividades de metrologia legal e de verificação de produtos têxteis, cargas perigosas, mercadorias acondicionadas etc.?

06. Quais os critérios utilizados para preenchimento de cargos de direção e Assessoramento Superior no IPEM/PR?

07. Qual a relação atual entre a arrecadação e a despesa para manutenção do IPEM/PR?

08. Qual o andamento do inquérito administrativo instaurado para apurar irregularidades na administração anterior do IPEM/PR?

09. Qual a posição da Secretaria diante da proposta da federalização do IPEM/PR?

10. Quem é o responsável pelo pagamento dos servidores do IPEM/PR?

11. O IPEM/PR tem financiado viagens de assessores e/ou diretores do órgão?

12. Quantas? Em que datas? A favor de quem? Qual o custo? Com que objetivos?

13. Como funciona o processo para liberação de tais viagens?

14. Quantos veículos oficiais estão à disposição do IPEM/PR e qual o disciplinamento para a sua utilização?

Sala das Sessões, 19.02.90

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É latente ao Poder Legislativo do Estado a fiscalização dos atos do Poder Executivo, quer do Governador, quer dos seus secretários e dos administradores de autarquias.

Inúmeras são as denúncias trazidas a este parlamento - contraditórias até, algumas - quanto à situação do IPEM/PR. Tais denúncias nos têm despertado sensível preocupação, haja vista a importância do órgão em voga e a relevância das funções que desempenha.

Num tempo em que se questiona incessantemente a moralidade e a probidade da coisa pública, redobra-se a responsabilidade de cada parlamentar desta Casa, na fiscalização para que cada denúncia que pressuponha tais vícios seja minuciosamente apurada.

Também, é do interesse da SEFA esclarecer tais fatos como forma de demonstrar os preceitos de correção pelos quais aquela pasta tem sido conduzida.

É a justificativa.

REQUERIMENTO N° 086

Senhor Presidente.

Considerando a necessidade de se pre-

servar a seriedade e a austeridade, a bem da moralidade pública, princípios estes defendidos também pelo Governador no combate à corrupção e ao abuso de poder;

Considerando a necessidade da preservação da imagem e da credibilidade das entidades e das instituições públicas e, em particular a imagem de integridade da FAMEPAR - Fundação de Assistência aos Municípios;

Considerando que foram expedidas correspondências, divulgando matérias de cunho eminentemente partidário, endereçadas a "Delegados à Convenção do PMDB", em envelope timbrado da FAMEPAR, pagas pela franquia M-B-100769/F-26044, portanto, em flagrante contrariedade aos objetivos e às funções daquela Fundação, conforme fotocópia em anexo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja expedido ao Executivo Estadual o seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

1. Qual a razão da expedição de material de divulgação de cunho eminentemente partidários a Delegados do PMDB, em envelopes timbrados da FAMEPAR, conforme fotocópia anexa?

2. A quem pertence a franquia M-B-100769/F-26044?

3. Qual a origem das etiquetas de endereçamento utilizadas nestas correspondências?

4. Quantas correspondências foram expedidas e qual o seu respectivo custo?

5. Quais as providências que serão tomadas a respeito do assunto a partir do recebimento deste pedido de informações?

6. Outras informações que os responsáveis pelo órgão envolvido e que julguem importante nos fornecer para o esclarecimento desta situação a bem da moralidade pública e da defesa dos interesses da sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

REQUERIMENTO N° 029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, matéria jornalística publicada no jornal Gazeta do Povo, do dia 04 de janeiro de 1990, com o título "Campanha da Gazeta coroada de êxito": Paraná festeja a vitória dos royal-ties.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

PROJETO DE LEI N° 012/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada de "Estrada Antonio Boza", o trecho da PR.090 (Estrada do Cerne), entre o Município de Curitiba e a localidade de Bateias, neste Estado.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Antonio Boza nasceu em dois de fevereiro de 1891. Filho de Valentin e de Dona Maria Boza, italianos vindos de Vincenza, em 1878. Seus pais instalaram-se em Santa Felicidade, onde Antonio cresceu, freqüentou a escola e começou a trabalhar, inicialmente como ferreiro, auxiliando seu avô, e mais tarde tornou-se comerciante.

Casado em primeiras núpcias com Dona Ana Bonato, não teve filhos. Depois de viúvo, casou-se com Dona Eliza Manfron, com quem teve dez filhos, dos quais, cinco já falecidos, cinco casados e uma única filha, religiosa da Congregação das Irmãs de São José. Como comerciante, instalado em Santa Felicidade, mudou-se mais tarde, para o bairro de Santa Rita, no Município de Almirante Tamandaré, tendo em 1927 se transferido para Campo Magro, onde instalou-se definitivamente.

Ampliou seu comércio, fez muitos amigos e sempre teve como lema trabalhar pelo progresso e a ajuda ao próximo.

Homem de fé, preocupava-se em, todos os sábados, deslocar-se até o Seminário Nossa Senhora das Mercês, em Curitiba, para buscar, em sua carroça, os padres capuchinhos que atendiam sua comunidade, fazendo questão de hospedá-los em sua própria casa.

Fez parte da Comissão da Igreja local, para a qual doou o lote de terra para a construção da gruta de Nossa Senhora de Lourdes.

Promovia muitos eventos com fins filantrópicos, sempre com dedicação e boa vontade. Era alegre e muito divertido, companheiro de todas as horas. Pai exemplar, honesto e trabalhador.

Líder de sua comunidade, foi eleito vereador, numa época em que tudo era muito difícil, os meios de transporte eram os cavalos e as carroças. Assim mesmo, se deslocava de Campo Magro até Almirante Tamandaré para participar das reuniões e reivindicar melhorias para a comunidade.

A custa de muito sacrifício e persistência, conseguiu inúmeros benefícios, considerando os precários recursos exis-

tentes na época.

Como político, seus conhecimentos e amizade foram se ampliando e, mais tarde, o filho, Cindo, seguiu o seu caminho, elegendo-se vereador por várias legislaturas.

Atualmente, seu neto, Tadeu Edison, cumpre mandato como o vereador mais votado de Almirante Tamandaré.

Antonio Boza foi um homem simples, trabalhador e honesto, que plantou no seio da comunidade Tamandareense sementes de altruísmo, lealdade e dignidade que frutificam até hoje, através de seus descendentes.

É inquestionável que, pela folha de serviços prestados à comunidade de Almirante Tamandaré, a homenagem que se pretende prestar a Antonio Boza, através desta propositura, reveste-se da mais elevada justiça.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 013/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO MAXINVEST, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Como depreende-se dos próprios Estatutos, a Fundação que aqui pretende-se declarar de Utilidade Pública, objetiva assistir crianças carentes e portadoras de deficiências físicas ou mentais, auxiliar o artista paranaense na divulgação do seu trabalho, contribuir com recursos financeiros para o desenvolvimento da pesquisa científica, em todos os campos, além de incentivar e auxiliar economicamente o desporto amador.

Desta forma, e considerando que iniciativas desta natureza devem merecer todo o apoio do Poder Público, esperamos contar com o apoio dos Srs. Deputados com assento nesta Casa de Leis, para a devida aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 014/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o CLUBE DE MAES DO CONJUNTO GRALHA AZUL, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade aqui pretendida seja declarada de Utilidade Pública Estadual, é uma associação civil, com os objetivos de lutar pelos interesses comunitários. Desenvolvendo de um modo geral programas benéficos, culturais, desportivos, recreativos e sociais. Presta assistência social prioritária a 60 crianças (na faixa de 2 a 6 anos), e mais 30 crianças na idade pré-escolar, servindo a estas, quatro refeições diárias.

Através de nossa medida, estaremos dando o verdadeiro reconhecimento que merecem as entidades filantrópicas, como a do Clube de Mães Gralha Azul, que através de suas atividades benevolentes, promovem a auto-afirmação do ser humano através de sua participação na organização e melhoria da nossa sociedade.

PROJETO DE LEI N° 015/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado na Secretaria de Estado dos Transportes, o Quadro Próprio dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais.

§ 1° - O Quadro a que alude o "caput" deste artigo terá a seguinte composição:

- ARRAIS E MESTRE REGIONAL (Comandante)
- CONDUTORES (Chefe de Máquinas)
- MARINHEIRO DE CONVÉS
- MARINHEIRO E COZINHEIRO
- MOÇO DE CONVÉS
- MOÇO DE MÁQUINAS
- MARINHEIRO REGIONAL
- ENCARREGADO GERAL DE TRÁFEGO
- SECRETÁRIA
- ELETRICISTA
- AMARRADOR
- VIGILANTE NOTURNO

Pessoal dos Serviços Gerais:

- BILHETEIRO
- ZELADOR
- SOLDADOR
- MOTORISTA
- AUXILIAR DE ENCARREGADO
- MECÂNICO

Encarregados de Setores:

- CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL
- CHEFE DE OFICINA
- CHEFE DE ESTALEIRO
- CHEFE DE CARPINTARIA
- CHEFE DE ALMOXARIFADO

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, num prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: HERMAS BRANDÃO.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei ora apresentado, visa criar o Quadro Próprio dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais no Estado.

A situação destes servidores vem se agravando, face a inexistência, a nível estadual, de critérios claros quanto as funções exercidas pelos mesmos, bem como sua remuneração.

A matéria está plenamente regulamentada a nível federal, através do Decreto n° 87.648, de 24 de setembro de 1982, e Portaria Interministerial n° 216, de 13 de março de 1985.

Dada a urgência para a solução do problema exposto, contamos com a aprovação dos nobres Pares nesta Casa.

PROJETO DE LEI n° 016/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - É assegurada a obrigatoriedade em todos os supermercados estabelecidos no território paranaense, uma balança de precisão na saída dos caixas, para aferição rápida das mercadorias adquiridas no estabelecimento.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá as funções de fiscalização assegurando proteção ao consumidor.

Assim é que, sem contrariar princípios e normas fixados, devemos inclusive, para assegurar confiabilidade entre empresário e consumidor, estender esta segurança para ambas as partes no que tange a fiscalização e controle dos produtos adquiridos no supermercados.

Alguns supermercados já estão adotando este sistema com bastante eficiência.

E, assim sendo, vemos o alto caráter social que embasa este Projeto, pelo que, esperamos o apoio necessário dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 017/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - É assegurado a isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias e

Serviços (I.C.M.S.) nas vendas de telhas e tijolos de barro diretamente da Indústria ao adquirente, que tenha renda familiar inferior a 03 (três) salários mínimos cujo material se destine à construção de sua própria moradia.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de dispositivo de relevante peso social, constituindo-se numa iniciativa garantida na Constituição que poderá abrir a oportunidade para colaborar na solução do problema de moradias para as famílias de baixa renda, considerando-se que hoje os tributos encarecem sobremaneira os materiais de construção. Este tipo de benefício, embora restrito, não deixará de ser um estímulo que representará a contribuição do Governo na busca do atendimento social.

PROJETO DE LEI N° 018/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - É assegurado a todos os servidores da área da saúde a percepção de 33% (trinta e três por cento) do seu salário como insalubridade.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Diversos segmentos do Estado ou mesmo na área privada, já praticam esta vantagem aos servidores que trabalham e se dedicam como centros modelares no exercício da arte da saúde.

Temos como exemplo positivo alguns setores da Saúde do Estado que asseguram este direito. Outro exemplo também positivo é a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Por outro lado, a própria Assembléia Legislativa vem suprimindo apenas a área de odontologia.

O artigo 34 da Constituição Estadual diz o seguinte:

"São direitos dos servidores públicos, entre outros:

XV - Adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei".

Por que não estender a todos aqueles que trabalham diariamente na área de saúde arriscando sua própria vida? Esta proposição tem a finalidade de cumprir a velha

máxima que continua mais atual, segundo a qual "a saúde deve ser suprema lei".

Esperamos dos Srs. Deputados, a aprovação desta proposta, para que frutifique em paz no coração de cada servidor da área da saúde.

PROJETO DE LEI N° 019/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Aos servidores públicos fica assegurada a percepção do vale-transporte e vale-refeição.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O art. 235 da nossa Constituição, diz o seguinte:

"É assegurado aos servidores públicos, na forma da lei, a percepção do benefício do vale-transporte".

Trata-se da extensão ao servidor público, do benefício já concedido ao trabalhador brasileiro, com inegável sucesso.

Tal qual os trabalhadores de empresas privadas, os servidores públicos também enfrentam os problemas econômicos, a defasagem salarial e a corrosão inflacionária.

Todas as sociedades modernas adotam este procedimento.

É preciso agilizar esta questão. É urgente repensar esta situação. É necessário, acima de tudo, trazer ao servidor público a esperança em seus ideais de servir ao nosso Estado sempre com mais eficiência e dedicação.

E, assim sendo, vemos o alto caráter político-social que embasa esta proposição, para a qual esperamos o apoio necessário dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 020/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a concessão de incentivos fiscais destinados ao reflorestamento (nativas, exóticas e frutíferas).

Art. 2º - O incentivo de que trata o art. 1º, será deduzido do Imposto de Circulação de Mercadorias - ICMS.

Art. 3º - O Poder Executivo, para o cumprimento do disposto nesta lei, regulamentará através de decreto.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 19.02.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

As florestas possuem função econômica, social e ecológica e hoje dependem fundamentalmente do reflorestamento. O plantio de nativas e exóticas serve para o abastecimento industrial e também para evitar a pressão sobre as reservas de preservação. As empresas do setor vêm promovendo reflorestamento, mas com muita dificuldade em face da extinção dos incentivos que existiram por um período de aproximadamente 20 anos. Ao Estado cabe também a responsabilidade de promover o reflorestamento, encargo que através da concessão de incentivos poderá ser desempenhada pelas empresas do setor florestal/madeireiro. Quanto às espécies frutíferas, os projetos também atenderão produtores rurais que teriam mais uma alternativa de produção, contribuindo para melhorar o abastecimento.

O incentivo, deduzido do ICMS, será um investimento do Estado com retorno assegurado pela melhoria da cobertura vegetal, tanto para fins econômicos como ecológicos, sendo válido considerar também o aspecto social. A operacionalização, implantação, será pelas próprias empresas cujos projetos sejam aprovados e a fiscalização feita pelo ITCF, que está devidamente estruturado para isso.

PROJETO DE LEI N° 021/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - É obrigatória a execução, acompanhada de cântico, dos Hinos Nacional e do Paraná, no início de todas as festividades cívicas ou esportivas, bem como nos estabelecimentos de ensino em todo o território paranaense.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Embora sendo um dos símbolos do Paraná, o nosso Hino tem uma divulgação praticamente nula, sendo muito raramente executado, o que leva a população a desconhecê-lo.

A execução nas ocasiões aqui propostas irá contribuir para que os paranaenses, em maior número, passem a conhecer o nosso hino, ao mesmo tempo em que levará os colegiais e a população em geral, ao despertar cívico para os símbolos paranaenses.

Quanto ao Hino Nacional, os mais antigos reclamam que sequer a história e os símbolos básicos da Pátria têm merecido o espaço necessário para a formação política dos nossos jovens.

PROJETO DE LEI N° 022/90

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Departamento de Trânsito do Paraná - "DETRAN", autorizado num prazo de 60 (sessenta) dias a elaborar o plano de cargos e salários, bem como o respectivo provimento de seus funcionários estatutários, inclusive àqueles cedidos à outras repartições;

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A documentação que anexamos a esta proposição diz claramente a angustia dos servidores estatutários do Departamento de Trânsito do Paraná "DETRAN". A categoria dos servidores públicos ali referidos passa por privações dado o estado de abandono a que foram relegados. É inegável que todos os funcionários mencionados sofrem ainda hoje o efeito de funções questionáveis.

É preceito ético e principalmente humanitário oferecer condições para solucionar esta anomalia.

É preciso reconhecer que tais condições não são ainda admitidas, e se o foram por vários motivos devemos aplicar os mais elementares preceitos de amor e fraternidade, senão o resgate dessa injustiça.

É pois, imperioso que se use então este poder para que haja o restabelecimento da situação e se aplique os preceitos de justiça, propósito maior deste projeto.

PROJETO DE LEI N° 023/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Os débitos do Estado relativos às contribuições previdenciárias (patronal) existentes junto ao Instituto de Previdência do Estado (I.P.E.) até a data da promulgação desta Lei, serão liquidados, com correção monetária ou equivalente, em cento e oitenta prestações, dispensados os juros e multas sobre eles incidentes, dividido em parcelas mensais de igual valor.

§ 1° - Descumprida qualquer das condições estabelecidas para concessão do parcelamento, o débito será considerado vencido em sua totalidade, sobre ele incidindo juros de mora, multa e correção monetária ou equivalente.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Art. 38 das disposições transitórias

da nossa Constituição estabelece o seguinte:

"Os débitos do Estado relativos às contribuições previdenciárias junto ao Instituto de Previdência do Estado IPE, existentes até a data da promulgação desta Constituição, serão liquidados, com correção monetária ou equivalente, em cento e oitenta prestações, dispensados os juros e multas sobre eles incidentes, divididos em parcelas mensais de igual valor, na forma da lei".

A dívida do Estado para com o Instituto de Previdência tem dois aspectos fundamentais, econômico e o ético. O processo de quitação do débito implicará em repor aos cofres do IPE quantias que irão sem dúvida ajudar na sua manutenção.

Quanto à questão ética, o Estado, na qualidade de empregador e uma das fontes de recursos para o instituto, não pode deixar de cumprir a sua parte, quando a contribuição do empregado é descontada e recolhida regularmente.

Vale ainda considerar que a qualidade do serviço prestado está diretamente ligada aos recursos da instituição.

É necessário que se inicie o processo de liquidação da dívida porque o seu crescimento somente dificultará qualquer tentativa de colocar um fim definitivo, com o Estado cumprindo essa obrigação.

PROJETO DE LEI N° 024/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - As taxas de Energias Elétricas, Água e Esgoto, cabíveis a todos os estabelecimentos de Ensino Público do estado serão de responsabilidade do Governo do Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A medida aqui defendida tem cunho fundamentalmente social.

É do conhecimento geral as dificuldades pelas quais passa o nosso ensino público, que vão desde problemas de ordem material e financeira até dificuldades que refletem na qualidade de ensino, que ficam aquém do desejado.

Não bastasse a enorme problemática que têm os estabelecimentos de ensino público, estaduais, são eles obrigados ainda, ao pagamento de taxas de energia elétrica, água e esgotos cujos encargos, na maioria, são solucionados precariamente pelas Associações de Pais e Mestres ou diretamente pela comunidade, com transtornos e sacrifícios inclusive para famílias de baixa

renda.

O presente projeto visa justamente fazer com que o Estado pelo menos auxilie estes estabelecimentos de educação com a responsabilidade do pagamento destas tarifas, que é de extrema necessidade para o pleno e ideal funcionamento destes.

A educação é elemento básico formador de uma nação e de um povo. E sendo o Estado do Paraná uma parcela da realidade desta afirmação, somos favoráveis a toda atitude em prol da defesa de nossa gente.

E assim sendo, vemos o alto caráter social que embasa o referido projeto, pelo que esperamos o apoio necessário dos nobres Pares da Casa.

PROJETO DE LEI N° 025/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado no âmbito do Instituto de Previdência do Estado - IPE, o Hospital do Servidor Público.

Parágrafo Único - O Hospital do Servidor Público destina-se a atender os servidores públicos estaduais bem como seus dependentes, e mediante convênio, os servidores de outras esferas do Poder Público lotados na sua área de abrangência.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Diversos outros Estados da Federação, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina, possuem institutos hospitalares especializados no atendimento ao seu corpo de servidores públicos, os quais se tornaram centros modelares do exercício da arte da medicina, além de assegurarem alto padrão de atendimento aos servidores a que se destinam.

O Paraná carece de solução para este problema, como recentemente se observou, suprimindo apenas uma precária cobertura ao seu corpo de servidores mediante o regime de atendimento convencionado por outros hospitais da rede pública ou particulares. Levantaram-se por várias ocasiões sugestões para estabelecimento de hospital do Servidor Público no Paraná, que esbarraram porém na indiferença de alguns ou na má vontade de setores que não se dispunham a cumprir a velha máxima que continua ainda mais atual, sendo a qual "a Saúde Pública deve ser suprema lei".

A categoria dos servidores públicos estaduais ultrapassa, com seus dependentes, uma população de meio milhão de almas, acrescida dos servidores federais em exercício no Paraná e mais, os servidores

municipais do território do Paraná, chega com facilidade à casa de setecentas mil pessoas.

Tão vasta representação de nossa gente está a merecer a atenção mais concentrada da autoridade quanto a atendimento hospitalar.

Ademais, as fontes de recursos para implantação e operação dessa Unidade Hospitalar estão desde logo disponíveis, por força das contribuições legais que os servidores e o empregador (no caso o Estado do Paraná), fazem ao Instituto de Previdência do Estado. Essa entidade pública inclusive, se beneficia atualmente, de uma gestão de alto nível de eficácia, conduzida que vem sendo conforme critérios empresariais apregoados, o que por certo deve ter preservado fortemente sua capacidade de investir. Curitiba, como de resto todo o Estado do Paraná, clama por falta de leito hospitalar.

Tais fundamentos justificam a amplitude do projeto em tela, o qual esperamos seja acolhido.

O art. 38 das Disposições Transitórias da nossa Constituição, assegura recursos ao Instituto de Previdência do Estado, que serão de grande valia na análise desta proposta.

Somos 54 Srs. Deputados nesta Casa de Leis, que unidos, posteriormente, sob a orientação segura do Excelentíssimo Sr. Governador e sua eficiente equipe de trabalho, com amor e persistência não irão dispersar. Estamos lançando a semente que irá conduzir desde a idéia inicial até sua efetiva conclusão.

É assim que vamos tornar realidade um hospital para Servidor Público do Paraná, para orgulho daqueles que sonham, dos que sonharam e daqueles que irão receber esta realidade num futuro muito próximo.

PROJETO DE LEI N° 026/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - É assegurado a isenção do imposto de circulação de mercadorias (I.C.M.S.), na aquisição de veículos para o serviço de táxis de profissionais autônomos no Estado do Paraná.

PARÁGRAFO ÚNICO - O profissional autônomo, com ponto e placa, trabalhando legalmente, há mais de 02 (dois) anos, usufruirá dos benefícios do "caput" deste artigo apenas uma vez a cada 05 (cinco) anos, não sendo permitido a venda do veículo antes de 03 (três) anos de efetivo trabalho como TÁXI.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90

Curitiba, segunda, em 19.02.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Além do aspecto social a medida tem no seu bojo a intenção de evitar o agigantamento dos monopólios e cartéis.

A isenção tributária aplicada, numa eventualidade, pela União, ofereceu bons resultados, em que pese tentativa de burla, que deve a autoridade saber evitar.

PROJETO DE LEI N° 027/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Os servidores inativos ficam isentos do pagamento de contribuição ao Instituto Previdenciário do Estado (I.P.E.).

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Os funcionários e serventuários filiados ao I.P.E. (Instituto de Previdência do Estado), durante a sua carreira foram assíduos contribuintes junto à Previdência, nada mais justo do que se dar a esses dedicados servidores, mais um benefício, a exemplo do que já fez o Governo Federal no âmbito da Previdência Social.

Essa assertiva pode ser comprovada mediante o desenvolvimento que faremos a seguir:

FUNDAMENTAÇÃO QUANTO AO MÉRITO

Quanto ao mérito, a proposição em causa tem a mais alta procedência técnica e social. Com efeito, ela objetiva isentar da contribuição previdenciária ao IPE os servidores inativos filiados a essa Instituição Estadual.

Primeiramente quanto a abrangência da medida, observamos que ela regula a classe estatutária e servidores assimilados, como os serventuários da justiça, que por força da lei são assegurados da Instituição Previdenciária Estadual.

Tomando como referência o universo geral dos trabalhadores segurados pela Previdência Social, verificamos que se travou durante longos anos a luta pela anulação da contribuição obrigatória dos aposentados do Sistema INPS. Essa medida - arbitrária e configuradora de um verdadeiro retrocesso social foi implantada durante o período do regime autoritário, em 1979, a pretexto de cobrir o "déficit" da Previdência.

Com a mudança política verificada no Brasil, a partir de 1985, o Governo do Presidente José Sarney assumiu com os segurados da Previdência, já inativos, o compromisso solene de corrigir os vícios e fraudes da Previdência de modo a restaurar

o equilíbrio do sistema e não sacrificar os aposentados. No dia 1º de maio de 1986, o Presidente encaminhou Mensagem ao Congresso Nacional, cancelando a contribuição dos inativos, como um dos primeiros passos para o resgate da dívida social brasileira.

Com efeito, a técnica atuarial contemporânea ensina que um sistema previdenciário pode operar em equilíbrio, desde que perfeitamente ajustadas às responsabilidades contributivas dos seus elementos componentes. No caso brasileiro, a Previdência Social é integrada pelo empregador, pelo trabalhador e pelo Estado, os quais devem arcar com suas contribuições necessárias ao funcionamento do Sistema.

Do ponto de vista histórico e social, observamos que as formações sociais - desde a antiguidade mais remota - se dividem em três segmentos: a Infância/Juventude, integrada pela parcela do grupo social que ainda está em formação e amadurecimento; a População economicamente ativa que sustenta a produção econômica da comunidade; e os Idosos, que já deram sua contribuição ativa, em período anterior, e assim adquiriram o direito de serem sustentados pelo grupo em referência.

Ademais, dessa parcela mais idosa da população ter adquirido o direito a uma sobrevivência condigna, mercê da poupança formada nas unidades familiares e na comunidade como um todo. Tal parcela de velhos e ancião ainda exerce um papel grupal da mais alta relevância: ela opera como "memória social" do grupo em causa.

Nesta dimensão, os membros idosos de uma família - e por extensão, de uma sociedade - funcionam como a principal fonte da referência e socialização grupais, mostrando aos jovens em processo de formação, e também aos membros adultos que a integram, como grupo que desenvolveu suas técnicas de convivência e produção, de solução de conflitos e de enfrentamento das calamidades. Mesmo em nossa sociedade ocidentalizada teoricamente apoiada sobre a educação escolar, o conhecimento acumulado nos livros e outros documentos formais - o saber grupal se funda principalmente sobre a memória coletiva detida pelos membros mais maduros.

Nesta linha estão os vários ensinamentos, e quantos estudiosos têm avaliado o fenômeno complexo da integração das sociedades humanas.

Finalmente, de uma abordagem humanística, notamos que o direito ao repouso condigno para aqueles que já contribuíram com o todo social, manifesta a mais refinada expressão civilizatória.

É na idade mais avançada que o ser humano adquire o "direito" a gozar da vida, após existência dedicada ao trabalho so-

cialmente útil. É nessa fase que o cidadão pode usufruir dos benefícios de uma sociedade com qualidade de vida digna, seja em viagens em lazer e similares.

Também é nesse período que crescem as despesas pessoais, com produtos de saúde, aparelhos corretores de visão, surdez, dentição, locomoção, etc.

Resgatar a dívida social do Brasil com seus idosos é uma pequena mas importante tarefa dentro do esforço geral de democratização de nossa sociedade. Curitiba e o Paraná devem mostrar que estão em linha com essa filosofia humana que anima o Governo Federal - expressa no ato de beneficiar os segurados inativos da Previdência (IPE).

E, parece não faltam exemplos da solidariedade humana dos paranaenses, em favor de seus patrícios mais idosos: foi em nossa Capital que se realizou, no final de 1985, o I Congresso Nacional dos Aposentados.

FUNDAMENTAÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA

Portanto, atendendo a que os servidores aposentados pelo IPE contribuíram por 35 anos (no caso dos homens) e 30 (no caso das mulheres), nada mais justo do que o Estado - na sua função dupla de empregador e agente do poder Público - comparecer com sua parcela de contribuição para financiar o equilíbrio do sistema Previdenciário operado pelo IPE, razão porque, estamos apresentando este Projeto que isenta a contribuição adicional dos inativos, porque ela é fundamentalmente inconstitucional, injusta e violadora dos altos padrões de civilização que o povo do Paraná atingiu.

QUANTO A RECURSOS

O artigo 38 das disposições transitórias da nossa Constituição, assegura recursos ao estabelecer critérios para o Estado saldar débitos relativos às contribuições previdenciárias junto ao IPE.

PROJETO DE LEI N° 028/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública à Associação de Moradores do Conjunto Tancredo Neves da Cidade de Lobato - Pr.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90
(a) IRONDI PUGLIESI

PROJETO DE LEI N° 029/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade

Pública a CRECHE MUNICIPAL "RECANTO FELIZ" com Sede e Foro na Cidade de Mandaguari - Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) IRONDI PUGLIESI

PROJETO DE LEI Nº 030/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Na forma do que dispõem os artigos 212 e 213 da Constituição Estadual, a execução da política habitacional do Estado será realizada pela Companhia de Habitação do Paraná- COHAPAR.

Art. 2º - A execução da política habitacional do Estado, realizada pela COHAPAR, será integrada à da União e a dos Municípios, mediante a formalização de contratos ou convênios entre a COHAPAR e os órgãos competentes daquela ou desses.

Art. 3º - A política habitacional a ser desenvolvida pela COHAPAR objetivará a solução da carência habitacional do Estado.

§ 1º - Entende-se por carência habitacional à necessidade que possui a população de habitações, configurando-se como carecedor de habitação, todo cidadão que não possua casa própria ou a possua em condições inadequadas aos padrões mínimos

§ 2º - A habitação, para estar dentro dos referidos padrões mínimos, deverá atender as normas técnicas, código de postura municipal, dispor de módulo sanitário que possua lavatório, sanitário e área de banho e ambiente de permanência prolongada com área mínima de seis metros quadrados por habitantes. Esse ambiente deverá ser composto de um único cômodo para até dois habitantes e deverá ter cômodos complementares para cada quatro habitantes adicionais aos primeiros.

Art. 4º - A solução da referida carência será buscada através de:

- a) oferta de lotes urbanizados;
- b) oferta de financiamento para construção de unidades habitacionais isoladas;
- c) construção de unidades habitacionais em conjuntos a serem financiadas a adquirentes finais;
- d) gestão de poupança para a aquisição de unidades habitacionais e/ou de materiais de construção para casa própria e oferta de consórcio para tanto;
- e) estímulo à formação de cooperativas populares de habitação.

§ 1º - Entende-se por "lote urbanizado

por moradia popular", aquele resultante de parcelamento de solo urbano dotado no mínimo de: água potável, destinação de dejetos sanitários (atendidas às condições de salubridade), esgotamento de águas pluviais e acesso à malha urbana, sendo, para tanto, observados a lei federal pertinente e a legislação e código de zoneamento municipais.

§ 2º - Deverão ser atendidas, preferencialmente, famílias que ainda não tenham sido contempladas com financiamento habitacional e, para tanto, deverá ser realizado cadastro a ser mantido pela COHAPAR, que incluirá todos os beneficiados em programas habitacionais populares, sendo que esta emitirá certidões que informarão se o pretendente já foi beneficiado. O cadastro em tela será mantido com base em relatórios de informações mensais a serem obrigatoriamente enviados à COHAPAR pelas COHB's e Cooperativas Habitacionais sedeadas neste Estado.

§ 3º - Não poderão obter negativas em órgãos estaduais. COHAB's ou Cooperativas Habitacionais que deixem de atender a obrigação contida no parágrafo anterior.

§ 4º - As empresas loteadoras ou loteadores autônomos que pretenderem atender à população de baixa renda deste Estado, deverão realizar cadastro na COHAPAR, informando os lotes produzidos, diante do que receberão certidão comprobatória que será necessária ao registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 5º - A COHAPAR deverá atender, no mínimo, o "déficit" habitacional proveniente do crescimento anual da população de baixa renda do Estado, sendo que, para tanto, captará recursos de entidades financeiras do Sistema Financeiro da Habitação- SFH e, na ausência destes, realizará aumento de capital, mediante a subscrição por seu acionista majoritário sempre que ela julgar necessário.

Art. 6º - Os imóveis produzidos para a oferta na forma do art. 212, da Constituição Estadual, terão seus custos de infraestrutura relativos a energia elétrica e saneamento cobertos, no mínimo em 50% (cinquenta por cento), pelas concessionárias de tais serviços.

Art. 7º - Fica instituído o FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR- FPHP, cujos recursos destinar-se-ão a promover e financiar estudos e execução de projetos habitacionais para as famílias de baixa renda.

Art. 8º - O FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR- FPHP será constituído:

I - pelas taxas cobradas pela COHAPAR para emissão das certidões objetos do artigo 4º e seus parágrafos da presente lei, após deduzido o seu custo operacional;

II - pelo valor recolhido aos cofres

estaduais em decorrência de cobrança do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis);

III- por 1% (hum por cento) do valor das custas cobradas pelos Tabeliães e Registro de Imóveis, a ser incluído no valor total da conta a ser apresentada por esses ao solicitante dos atos);

IV- por 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) arrecadado pelo Estado junto às empresas de comércio de materiais de construção e eletro-eletrônicos;

V - pelos dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado;

VI - pelas receitas oriundas de convênios, acordos, contratos ou outros ajustes;

VII - pelos recursos oriundos de empréstimos contraídos ou não por antecipação de receita;

VIII - pelo produto da alienação de bens patrimoniais;

IX - pelas doações de qualquer natureza.

Parágrafo Único - Os recursos previstos nos incisos "II", "III" e "IV", deste artigo, deverão ser repassados ao FPHP no mês imediatamente posterior ao da sua arrecadação.

Art. 9º - A Administração do FPHP competirá à Companhia de Habitação do Paraná-COHAPAR, sociedade de economia mista criada pela Lei nº 5113/65.

Art. 10 - Na qualidade de administradora FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR- FPHP, a COHAPAR, perceberá, anualmente, a título de retribuição pelos serviços prestados, a importância de até 10% (dez por cento) dos recursos recolhidos à conta do FPHP (Art. 8º).

Art. 11 - Os recursos do FPHP aplicar-se-ão, especialmente, nas seguintes operações;

a) na realização de despesas gerais, visando possibilitar os estudos e trabalhos de levantamento de demanda habitacional, levantamentos topográficos e sondagens de terrenos e desenvolvimento de novas tecnologias;

b) na cobertura de despesas operacionais referentes à elaboração de projetos, apoio técnico e social e acompanhamento e execução das obras realizadas pela COHAPAR;

c) na cobertura das despesas decorrentes da construção de unidades habitacionais, bem como, das despesas de infra-estrutura a essas destinadas;

d) na aquisição de móveis e imóveis, material permanente e de consumo, equipamentos e instalações destinados a realização das soluções dos problemas habitacionais no Estado;

e) na associação com capitais cujos

objetivos se enquadrem no art. 7º, desta lei;

f) no custeio de despesas para formação e treinamento de mão de obra especializada.

Art. 12 - O exercício financeiro do FPHP coincidirá com o exercício civil.

Art. 13 - O saldo positivo do FPHP apurado em balanço, em cada exercício, passa para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 14 - Os acréscimos patrimoniais provenientes da utilização dos recursos do FPHP serão incorporados ao patrimônio deste Fundo.

Art. 15 - Os recursos do FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR - FPHP, serão aplicados pela COHAPAR.

Parágrafo Único - As operações constantes nas alíneas "a", "b" e "c" do art. 12º, desta lei, poderão ser executadas mediante convênios ou contratos firmados com empresas cadastradas na COHAPAR.

Art. 16 - A COHAPAR, encaminhará, anualmente, relatório e balanço geral do FPHP à Assembléia Legislativa do Estado, à Secretaria da Fazenda e ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo de 90 (noventa) dias após findo o exercício.

Art. 17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Companhia de Habitação do Paraná-COHAPAR, foi criada pela Lei nº 5113/65, com a finalidade de solucionar o "déficit" habitacional no Estado do Paraná, dispondo, para isso, essencialmente, de recursos do Sistema Financeiro da Habitação- SFH.

Mesmo com o grande empenho dessa Companhia, criando e implementando programas destinados às famílias mais carentes de nosso Estado, como, o Mutirão, o auto-construção, os Lotes Urbanizados, entre outros, o seu desempenho foi comprometido, atendendo, ao longo dos seus quase vinte e cinco anos de existência, a pouco mais de 350.000 paranaenses, pois os recursos do SFH, além de escassos, sempre tiveram um fluxo inconstante, acarretando períodos de alta produção revesados por períodos com produção medíocre. Essa inconstância impossibilita qualquer planejamento, a médio ou longo prazos para o setor, quer pelo governo, com a manutenção ou criação de programas, quer pela iniciativa privada, com o aumento de sua produtividade (materiais de construção e sistemas de produção), especialização de mão-de-obra e o desenvolvimento de tecnologias alternativas para habitação popular.

Esses têm sido os motivos predominantes para que a demanda de habitações em

nosso Estado, não tenha sido reduzida e, sim, tenha sido crescente ao longo dos anos, trazendo, com isso, a especulação imobiliária com o aumento dos valores das habitações e de seus aluguéis, inviabilizando, cada vez mais, o acesso das famílias paranaenses carentes a uma moradia digna e forçando-as, com isso, a promover ocupações irregulares, normalmente, em zonas de risco.

Para a elaboração e execução de uma política habitacional, faz-se necessária a definição de carência habitacional, de padrão mínimo de habilidade e de lote urbanizado, bem como, deve-se dispor, não somente da demanda de habitações e do seu crescimento anual, mas, também, das ações desenvolvidas para solucioná-la, quer pelo poder público ou pela iniciativa privada.

Cabe a lembrança de que a produção de moradias para a população de baixa renda, produz uma série de outros benefícios, tanto de ordem social - redução da marginalidade, melhoria da saúde, contribuição para a organização comunitária e avanço na conquista da cidadania de milhares de famílias - quanto de ordem econômica - formação de mão-de-obra para a construção, geração de empregos para profissionais envolvidos, redução da necessidade de investimentos governamentais nas áreas de segurança e saúde, etc.

A Instituição do FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR- FPHP, visa dar a esperada solução de continuidade na execução da política habitacional paranaense, através de uma mensal destinação de recursos captados principalmente do próprio setor, pois não se pode depender exclusivamente do Governo Federal ou Estadual para o enfrentamento do problema.

Esta a proposta de lei que espero seja aceita e aprovada pelos demais Pares desta Colenda Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 031/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1°- O servidor público que se encontrar afastado, mediante permuta ou à disposição, prestando serviços em outros órgãos da administração pública direta e indireta, autarquias, fundações e de outros Estados da Federação, neles permanecerão, sem prejuízo de quaisquer vantagens inerentes ao cargo, salvo manifestação expressa no interesse de retorno ao órgão de origem.

Parágrafo Único - Para cumprimento do artigo 1°, o ato que originou o afastamento, mediante permuta ou disposição, deverá ser anterior à data da Promulgação da Constituição Estadual.

Artigo 2°- esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com esta proposta, objetiva-se, tão somente, regularizar a situação de centenas de servidores públicos que se encontram prestando serviços em outros órgãos da administração pública, não apenas a nível estadual, como em outros Estados da Federação.

Há de se considerar que o inesperado chamamento para reassumirem suas atividades funcionais nos órgãos de origem, redundaria, inevitavelmente, em uma série de transtornos e problemas, não só de ordem funcional, econômica, mas, sobretudo, familiar.

Ao se afastarem dos órgãos de origem, mediante permuta ou disposição para outros municípios ou Estados da Federação, esses servidores, ao decorrer do tempo, já se adaptaram ao novo domicílio, à sociedade local, investindo, conseqüentemente, na aquisição de imóvel para fixar sua residência. Por outro lado, os próprios filhos, em idade escolar, seriam seriamente prejudicados, chegando, em muitos casos, a perder o ano letivo.

Somado a esses fatores, concorre, ainda, para agravamento da situação, que o seu retorno às funções de origem teria que atender à nova adaptação, face a administração pública ser dinâmica e passar por constantes modificações em sua estrutura, na adoção de princípios evolutivos, aliados à nova tecnologia. Teriam que passar, infalivelmente, por um processo de readaptação nas novas funções.

Com o advento da nova Constituição Estadual, vislumbrou-se a oportunidade de opção aos servidores públicos que se encontrem à disposição de outros órgãos, mesmo sendo de outro Poder.

Inobstante essa concessão constitucional, para muitos inexistem quaisquer vantagens, não só sob o aspecto funcional, como remuneratório, dada à peculiaridade de suas funções e a ausência de cargos equivalentes ou semelhantes.

Essas preocupações afetam diretamente àqueles que se encontram à disposição e aos permutantes entre si.

Atendendo-se, portanto, ao princípio da valorização do servidor público, hoje, consagrado no texto constitucional, necessário se torna que esses funcionários tenham sua situação regularizada, permanecendo nos órgãos onde se encontrem, a nível estadual ou fora dele, salvo se houver manifestação expressa em retornarem aos seus respectivos órgãos de origem.

Nestas condições e diante da justifi-

cativa ora exposta, conclamo aos nobres Pares para que apoiem o presente Plano de Lei, com a conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI N° 032/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1°- Fica criado "ad referendum" do resultado do Plebiscito, o Município de Doutor Antonio Paranhos, com território desmembrado do Município de São Jorge D'Oeste, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas: "Partindo da foz do Lageado Dois Vizinhos no Rio Chopim e seguindo o curso deste lageado até atingir a barra do Arroio Soita; e subindo este às suas cabeceiras; daí por uma linha seca rumo leste até encontrar a nascente do Rio Faca e descendo o seu curso até a sua foz no Rio Iguaçu; daí desce o Rio Iguaçu até encontrar a foz do Rio Chopim e subindo este até encontrar a foz do citado Lageado Dois Vizinhos que foi o ponto de partida.

Art. 2°- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei objetiva concretizar a aspiração de um povo.

A emancipação pretendida de Doutor Antonio Paranhos trará maior desenvolvimento a todos os setores de atividades do Município, seja no campo econômico, administrativo, cultural e social.

Os recursos serão potencializados e principalmente conferirá ao seu povo poder de decisão sobre seu futuro de acordo com as suas necessidades e interesses do Estado.

Temos pois certeza que o presente Projeto de Lei merecerá aprovação desta Casa.

PROJETO DE LEI N° 033/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1°- Todos os cidadãos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, são declarados e reconhecidos como CIDADÃOS SENIOR em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 2°- A todos os cidadãos senior, é assegurado, mediante simples apresentação de documento que comprove sua condição, o direito aos seguintes benefícios:

I - A franquia de ingresso a quaisquer eventos ou atividades públicas, como espetáculos, teatros, shows, exposições, feiras agro-pecuárias, atividades esportivas,

promovidas, patrocinadas ou realizadas em dependências de repartições ou prédios públicos, ou qualquer entidade mantida pelo Poder Público.

II - A isenção do pagamento de taxas para a obtenção de certidões ou documentos de qualquer natureza, expedidos pelo Poder Público Estadual, de comprovado interesse do requerente;

III - A preferência de atendimento em repartições públicas estaduais, independentemente de filas, salvo as que se formarem entre os de mesma condição;

IV - A concessão por parte do Poder Público Estadual de até duas passagens por ano, de ida e volta do seu domicílio a qualquer outro Município do Estado do Paraná, por via terrestre, ou uma passagem para fora do Estado, nas mesmas condições, para os cidadãos seniors com renda inferior a três salários mínimos;

V - A garantia aos necessitados, de assistência total e gratuita à saúde, por parte do Poder Público Estadual, compreendendo todo o tratamento médico-hospitalar, transporte por ambulância, análises laboratoriais, medicamentos, cirurgias, serviços de enfermagem, fisioterapia, e fornecimento de próteses, aparelhos auditivos, outros equipamentos ou instrumentos de que necessitem, para a sua reabilitação.

Art. 3°- O Estado destinará, além dos recursos previstos nas dotações orçamentárias próprias, dez por cento do produto da arrecadação de concursos de prognósticos de números para os programas de assistência prevista nesta lei de acordo com o disposto no Parágrafo Único do artigo 175 da Constituição Estadual.

Art. 4°- Esta lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição é feita no sentido de prestar aos cidadãos maiores de 65 anos de idade, o reconhecimento da sociedade paranaense, através de seus legítimos representantes neste Poder Legislativo, pelo muito que contribuíram das mais variadas formas para o desenvolvimento e o progresso do Paraná e do Brasil.

Por outro lado, devemos ressaltar que a grande maioria de nossa população, nunca teve e não tem acesso ao lazer proporcionado muitas vezes pelo Poder Público à uma pequena e privilegiada parcela da população, mas não são dispensados por isso da obrigação de contribuir, sendo-lhes no entanto, negado, o direito de participar do benefício.

Muitos são os brasileiros e cidadãos que nesta idade, e não são eles a maioria

esmagadora, os que nada recebem em contrapartida do muito que ofereceram à Nação, ou seja, a sua vida. São privados não de alguns momentos de alegria, de lazer e descontração, mas também de certidões e documentos tão necessários para a regularização de sua situação pessoal ou familiar, ou em alguns casos "raros" patrimonial, tendo em vista rendimentos que perceberam dos empregos que são na verdade sub-empregos ou a aposentadoria resultante destes.

Não bastasse isto, há ainda os que, nesta quadra da vida, sequer têm acesso ao atendimento e assistência à saúde, que embora prevista nas Constituições, não trazem objetivamente a quem cabe a responsabilidade por essa assistência.

Pelo exposto, esperamos contar com o apoio dos demais Pares para que possamos, através deste Projeto de Lei, oferecer a estas pessoas, esta singela homenagem em nome da sociedade paranaense, não só aos que necessitam dos benefícios, mas também aos que deles não necessitam, e quem sabe mesmo conquistando-os não façam uso deles, mas que saibam todos que lhe somos muito gratos.

PROJETO DE LEI N° 034/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1°- Fica criado o Instituto de Assuntos da Família, integrado na estrutura da Secretaria da Justiça, Trabalho e Ação Social.

Art. 2°- O Instituto de Assuntos da Família, terá como atribuições:

§ 1°- Assistir integralmente à família.

§ 2°- Proporcionar aos menores condições favoráveis ao seu pleno desenvolvimento físico e mental.

§ 3°- Amparar aos idosos, assegurando sua participação e integração na comunidade.

§ 4°- Promover à assistência aos portadores de deficiência, visando sua integração comunitária.

Art. 3°- O Instituto de Assuntos da Família, promoverá Programas Especiais de Assistência:

§ 1°- aos menores, visando o incentivo à prática dos desportos, a prevenção e atendimento especializado aos dependentes de drogas.

§ 2°- aos portadores de deficiências, visando a prevenção, o atendimento especializado, a educação, capacitação para o trabalho e acesso a bens e serviços coletivos com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 3°- aos idosos, visando sua partici-

pação e integração à sociedade e a defesa de sua dignidade e bem-estar.

§ 4°- à família carente, visando a sua assistência integral, incluindo à assistência social, serviços de orientação e prevenção da violência e o planejamento familiar.

Art. 4°- O Instituto de Assuntos da Família subsidiará família ou pessoa que acolher menor órfão, se abandonado, sob forma de guarda, deferidas e supervisionadas pelo Poder Judiciário, com a intervenção do Ministério Público.

§ 1°- O subsídio prestado à família ou pessoa que acolher menor de até 16 anos, na forma do "caput" deste artigo, terá valor correspondente a 1/3 (um terço) do salário mínimo vigente.

§ 2°- Os menores deficientes ficam excluídos do limite de idade estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3°- O subsídio será requerido pelos interessados ao Instituto de Assuntos da Família, com a concordância expressa do Ministério Público, na qualidade de fiscal da Lei.

Art. 5°- A família ou pessoa que receber o subsídio a que alude o artigo 4° assumirá compromisso de cumprir as seguintes obrigações.

§ 1°- prover educação familiar, alimentação, alojamento, vestuário, tratamento médico e dentário, recreação e o que for necessário para a formação do menor, em condições idênticas às dos próprios filhos.

§ 2° - aceitar a orientação ministrada pelo Instituto de Assuntos da Família, inclusive no próprio domicílio.

§ 3° - proporcionar instrução escolar, de acordo com as leis de ensino, inclinações e capacidade do menor.

§ 4°- permitir ao menor a crença religiosa e sua prática.

§ 5°- levar ao conhecimento do Instituto de Assuntos da Família qualquer modificação acentuada no comportamento e na saúde física e mental do menor.

§ 6°- comunicar imediatamente a mudança de domicílio.

§ 7°- cumprir as determinações do Poder Judiciário.

Parágrafo Único - O compromisso pode ser desfeito a qualquer tempo, se em benefício do menor.

Art. 6°- Compete ao Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, a organização e estruturação do Instituto de Assuntos da Família.

Art. 7°- A estrutura organizacional e a regulamentação do Instituto de Assuntos da Família, será definida por decreto do Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação da presente lei.

Art. 8°- As despesas resultantes da

execução desta Lei, correrão à conta das dotações próprias do orçamento programa vigente.

Art. 9º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) NEIVO BERALDIN

PROJETO DE LEI Nº 035/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica criado o Município de GUARAITUBA, com território desmembrado do Município de Colombo, com sede na localidade do mesmo nome e as seguintes divisas:

"Começa no Rio Capivari, na Foz do Arroio Rathiel; pelo Arroio Rathiel acima, divisando com Campina Grande do Sul, até a sua cabeceira; deste ponto, por linha seca de divisa intermunicipal, alcança a Rodovia Projetada; pela Rodovia Projetada, o cruzamento com a Estrada Colônia- São João- Santa Gema- São Gabriel; pela Estrada Colônia- São João-Santa Gema- São Gabriel; até o entroncamento com a Estrada Capivari; pela Estrada Capivari até a Estrada Colombo; pela estrada Colombo até alcançar o rio Capivari; pelo Rio Capivari, divisando com Bocaiúva do Sul, até a Foz do Arroio Rathiel".

Perímetro Urbano:

"Começa no Entroncamento da Estrada da Ribeira com a Rua Presidente Faria; Rua Presidente Faria até a Rua Marcos Cardoso; Rua Marcos Cardoso até o Rio Sem Nome; Rio Sem Nome até a divisa leste da Vila São Paulo; divisa leste da Vila São Paulo (inclusive) até a Rua Presidente Faria; Rua Presidente Faria até a Rodovia Projetada; Rodovia Projetada até a Estrada da Ribeira; da Estrada da Ribeira até a Rua Presidente Faria".

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A elevação do Distrito de Guaraituba à Município, deve-se ao seu vigoroso índice de desenvolvimento. Pois de há muito vem melhorando as condições de vida de seus habitantes locais. A razão disso vem do crescimento de sua produção hortifrutigranjeiros, que muito contribui para o abastecimento da população curitibana.

PROJETO DE LEI Nº 036/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a UNIAO DAS ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADOS DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

As grandes conquistas na área social somente foram atingidas em razão da união de esforços, da organização dos trabalhadores, em luta constante por melhores condições de trabalho.

Procurando organizar e uniformizar as relações entre os empregados e empregadores da Cidade Industrial de Curitiba, nasceu a UNIAO DAS ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADOS DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA, que hoje representa não mais uma instituição, mas uma entidade preocupada e voltada com os aspectos sociais e culturais da comunidade.

Reconhecida de Utilidade Pública Municipal, a UNIAO DAS ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADOS DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA, tem sido o instrumento e o veículo de muitas conquistas, objetivando sempre o desenvolvimento e o aprimoramento de sua comunidade.

Assim, justamente pela inestimável contribuição social, é que apresentamos a presente proposta para a apreciação dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 037/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com as Prefeituras Municipais, que demonstrem interesse, visando a recuperação e manutenção dos veículos destinados a Segurança Pública.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19.02.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Na maioria dos municípios paranaenses, muitas vezes, a recuperação e manutenção dos veículos destinados a Segurança Pública são efetuados pelo município e as expensas deste.

Ocorre que, o município é que sempre suporta as despesas sem que haja qualquer ressarcimento por parte do Estado, que é o responsável pela Segurança Pública, não podendo mais os municípios suportarem tais ônus, principalmente ainda porque existem outros encargos que já foram repassados

aos municípios sem que houvessem as transferências de receitas. Por outro lado, existem receitas próprias do Estado para essa finalidade, sem ainda adentrar que a aprovação desse Projeto de Lei descentralizaria o atendimento, evitando dessa forma que os veículos destinados a Segurança Pública ficassem parados a espera de recuperação e ou manutenção, como vem ocorrendo, e sempre, para que a população não fique desprotegida, esses reparos são feitos pelas Prefeituras Municipais.

Assim sendo, esperamos a compreensão dos demais Pares integrantes dessa Casa de Leis, pela aprovação desse Projeto de Lei, resolvendo dessa forma, a mais oportuna, um problema que castiga os nossos municípios.

PROJETO E LEI N° 038/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam isentos da taxa para exame de saúde, visando a habilitação profissional para motoristas, os interessados que tenham renda inferior a 03 (três) salários mínimos.

Art. 2° - A comprovação do rendimento será efetuada através da Declaração de bens e pela Carteira Profissional de Trabalho.

Art. 3° - O benefício ora estabelecido é aplicável somente aos interessados, que tenham residência no Estado do Paraná há mais de 02 (dois) anos.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Ao longo dos anos, foram aumentando a carga tributária sobre os interessados em conseguir habilitação profissional, para dirigir veículos motorizados.

É comum em nossos dias, que o interessado em se tornar motorista profissional, encontre barreiras de ordem tributária, pois temos muitos casos que essa profissão não pode ser executada em função do interessado não possuir condições financeiras para adquirir a habilitação que é exigência legal para a condução de veículos.

A aprovação desse projeto de lei abrandaria essa situação e certamente, o número de desempregados poderia diminuir.

Assim sendo, esperamos a compreensão dos demais Pares desta Casa de Leis, aprovando o projeto ora apresentado, após os cumprimentos das formalidades legais.

PROJETO DE LEI N° 039/90
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - É assegurado em todos os estabelecimentos de ensino particular, no Estado do Paraná, a reserva de 20% (vinte por cento) das vagas para alunos reconhecidamente carentes.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Esta seria uma forma dos estabelecimentos de ensino particular oferecerem a contrapartida pelos benefícios e isenções que o Estado concede, além de ser - evidentemente - uma medida da maior justiça social, a qual somente será efetiva com o respaldo de Lei normativa.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 011/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O território da Região Metropolitana de Curitiba é área contínua, constituída dos atuais Municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaíuva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandiritiba, Balsa Nova, Adrianópolis, Cerro Azul e Morretes.

Art. 2° - Ficam os municípios acima descritos integrados à COMEC, COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, criada pela Lei Estadual n° 6.517, de dois de janeiro de 1974, com a finalidade de realização de serviços comuns aos que integram a Região Metropolitana de Curitiba, nos termos do artigo 25, § 3°, da Constituição Federal.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 19.02.90

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei em tela objetiva integrar três novos municípios à Região Metropolitana de Curitiba: Adrianópolis, Cerro Azul e Morretes.

Desta forma, passaria a Região Metropolitana de Curitiba a abranger os seguintes municípios: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaíuva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandiritiba, Balsa Nova, Adrianópolis, Cerro Azul e Morretes.

Quanto à Constitucionalidade: "Os Es-

tados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. (CF. Art. 25, § 3º). D'onde inferimos que: podem, também, os Estados modificar a composição de tais regiões, adaptando-as à realidade regional.

Quanto ao mérito, cabe argüir que, segundo a Resolução-PR nº 51, de 31 de julho de 1989, da Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, órgão vinculado à Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, os Municípios de Cerro Azul e Adrianópolis, que constituem a Microrregião de Cerro Azul, bem como o Município de Morretes, que integra a Microrregião de Paranaguá, estão integrados à Microrregião Metropolitana de Curitiba. Foram considerados os seguintes parâmetros para a identificação das microrregiões, a saber: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial.

Assim, não haveria óbices, também, da ordem social, natural ou espacial à associação dos três municípios em questão à Região Metropolitana de Curitiba. Havendo os representantes dessas comunidades, manifestado interesse na integração e reconhecendo a importância disso na cooperação para o desenvolvimento de tais localidades, propomos a presente alteração, afim de Morretes, Cerro Azul e Adrianópolis, que já arcam com o "ônus" da proximidade com a Região Metropolitana de Curitiba, possam também colher os frutos disso. Essencialmente, a realização de serviços comuns aos municípios que integram a Região Metropolitana, conforme o artigo 5º, da Lei Complementar Federal nº 14, de 08 de julho de 1973.

Ademais, tais municípios já se encontram integrados à ASSOMEC, ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, cuja finalidade precípua é a ampliação e fortalecimento da capacidade administrativa, econômica e social dos municípios.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao reiniciarmos os trabalhos nesta Casa, desejamos a todos os companheiros o

mais completo sucesso em mais um ano de atividade na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Venho à tribuna para falar de um assunto por demais importante, que diz respeito ao litoral do Estado do Paraná. Por iniciativa do Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, há um Projeto em tramitação, Projeto de Lei nº 403/89, que "ad referendum" que a Assembléia cria o Município de Pontal do Paraná. Uma velha reivindicação do povo, que usufrui na temporada de verão, as praias localizadas além Praia de Leste, até Pontal do Sul, e que lamentavelmente sempre foram relegadas ao mais completo abandono. Entra Prefeito, sai Prefeito em Paranaguá, e essa região fica sempre abandonada; e uma região que ultimamente tem tido um crescimento realmente extraordinário, e nós somos testemunhas disso porque convivemos nesta região, mais especificamente na Praia de Ipanema.

E o Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, em boa hora entrou com este Projeto criando o Município de Pontal do Paraná e para os veranistas, para aqueles que utilizam as praias daquele lado do nosso litoral, praticamente já é uma realidade; basta tão somente esta Casa aprovar o Projeto, assim que voltar ao Plenário, e hoje, demos entrada a um pedido em Regime de Urgência, para que o Projeto seja votado, e com o apoio dos demais parlamentares será aprovado, e tão logo tenhamos então o plebiscito naquela região; porque o preço do abandono é uma separação.

Tanto no amor como na política, com a ameaça de ruptura, o mal amante arrependido pode dar um trato caprichado.

Afogar em beijos a criatura que deixou mal amada, na política é parecido. O administrador que abandonou uma população precisa mostrar serviço, ou se conformar até, com o adeus político. Assim está acontecendo com alguns dos nossos balneários mais belos.

Os balneários de Monções a Pontal do Sul, inclusive, a Ilha do Mel, embora estejam a um "pulinho" das demais praias, permanecem esquecidos, relegados ao cruel segundo plano, enquanto os administradores devotam as maiores e melhores atenções para Matinhos, Caiobá e Guaratuba.

Nossos balneários precisam de água tratada, saneamento, segurança, saúde e Educação. O Prefeito de Paranaguá não gostou da idéia da criação de um novo município - Pontal do Paranaguá - desmembrando os balneários situados a leste de Paranaguá. Pelo passado, é uma cisão irremediável. Paranaguá não só tratou mal - não a população de Paranaguá, mas os administradores que passaram por lá - trataram mal os seus balneários, mas até, evidentemente, batiam neles. Os administradores de

Paranaguá nunca deram o carinho aos seus balneários que vão da praia de Leste a Pontal do Sul, região chorosa e rolada nos lençóis solitários do abandono.

Repito, não falo da população de Paranaguá que sempre foi obrigada a permanecer vigilante para fiscalizar o que se fazia por lá. Falo dos administradores, essas pessoas, escolhidas pelo voto que, quase sempre depois do casamento, abandonam suas promessas e juras de amor.

Por isso, reivindicamos este desmembramento.

Separar os balneários a leste de Paranaguá é salvar o que sobrou de mal deste amor, salvar o que ainda não foi destruídos e começar de novo.

Por isso, há na Assembléia Legislativa, este Projeto para criação de Pontal do Paraná, um Município englobando os seus balneários, inclusive, a Ilha do Mel, forte e independente. Isso depende somente da comunidade e de nós políticos, principalmente daqueles que conhecem a realidade dos nossos balneários: os nativos que sofreram na peleas conseqüências do abandono e da falta de carinho dos governantes.

A criação de Pontal do Paraná ganhou força e o movimento é irreversível, dependemos tão somente da aprovação da Assembléia Legislativa.

Nós já realizamos quatro reuniões; em Shangrilá, em Praia de Ipanema, em Pontal do Sul e em Curitiba. Fizemos visita, aqui, à Assembléia, ao Presidente da Casa, autor do Projeto, Deputado Anibal Khury. Recebemos de Sua Excelência a promessa de que o Projeto volta ao Plenário nos próximos dias. E, agora, para reforçar isso, estamos encaminhando um pedido de urgência a este projeto para que ele venha à Plenário e para que os Senhores Deputados, evidentemente, possam votar à criação de Pontal do Paraná, que já é uma realidade.

Temos certeza de que o Paraná vai dar um avanço extraordinário, a exemplo de Guaratuba, a exemplo de Caiobá, a exemplo de Matinhos, que hoje tem toda uma infraestrutura. Não querendo desfazer das demais praias, mas, hoje, as praias mais limpas, com água melhor tratada, ainda pura, sem a poluição, estão exatamente deste lado. E é por isso que precisamos aproveitar este momento para criarmos o município de Pontal do Paraná, que eu tenho certeza de que os Senhores Parlamentares não deixarão de aprová-lo, porque é uma velha reivindicação e é sem dúvida alguma, a salvação desses balneários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Senhor

Deputado Hermas Brandão.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados: Na última quinta-feira, o Senhor Governador compareceu a esta Casa para a abertura do ano legislativo e apresentou o que seria um balanço do seu Governo.

Foi surpreendente. O Paraná descrito por Sua Excelência não é o Paraná real. Infelizmente.

Nos últimos três anos, os paranaenses viveram! Um período de fantasia, orquestrado do Palácio Iguazu por uma máquina de propaganda sem paralelos na história do nosso Estado. Maquiou-se números, forjou-se obras, vendeu-se ilusões, mas satisfaz o Rei.

Cercado de acólitos, infenso a críticas, o Governador do nosso Estado acabou perdendo contato com a realidade. O seu Paraná é outro. Não é o nosso. Não é o Paraná real.

Isso fica evidente pelo seu discurso. Os números que Sua Excelência apresenta à população paranaense, na tentativa de mostrar a administração obteve ótimo desempenho, são falseados. Não sabemos ainda se o Governador está sendo mal assessorado ou se seria um dirigente mal informado ou mal intencionado. Qualquer dessas hipóteses não favorecem quem se pretende infalível. Mas certamente responsabilizam quem se mostra tão personalista.

Senhores Deputados, na última sexta-feira, o Governador Álvaro Dias foi brindado com manchetes nos jornais, onde chamava a atenção para a necessidade de se recolocar o Brasil nos eixos.

Antes de se recolocar o Brasil nos eixos, é preciso colocar o Paraná nos eixos.

É verdade que Sua Excelência reconhece que o Paraná por suas características peculiares, tem uma relativa independência das flutuações conjunturais verificadas na economia nacional.

Mas também é verdade que essa independência se deve ao povo e ao empresariado paranaense, e absolutamente não ao seu atual governante.

Os exemplos são ilustrativos e cristalinos. Disse Sua Excelência, no balanço, que seu plano de Governo tinha como diretriz maior, realizar a proposta de gerir o Estado de forma competente aplicando os recursos públicos com eficiência, eficácia e probidade. Destacou ainda que seu objetivo precípuo seria de criar infraestrutura econômica, política e social necessárias ao Paraná do século XXI.

Da intenção à prática, porém, vai uma longa distância. Lamentavelmente, a herança que Sua Excelência deixa aos paranaenses é pesada, cara e compromete o futuro.

O governador disse que a crise que se

abateu nos últimos anos sobre o Brasil não atingiu tão agudamente o Paraná. É verdade. Mas não por obra e graça do inquilino do Palácio Iguazu.

O próprio Governador lembrou que nosso Estado, sustentado pelo setor agrícola e pelo desempenho de atividades industriais correlatas teve um crescimento no último ano de 4,4%, enquanto que a média nacional foi de apenas 3,5%. Mas se o Paraná vai bem, deve-se exclusivamente à persistência e trabalho dos paranaenses, friso. Jamais ao seu governo. Pois enquanto o Paraná vai razoavelmente bem, o seu governo vai mal. Muito mal.

Tanto vai mal que Sua Excelência, prefere esconder da população dados que o desfavorecem irremediavelmente.

O Governador não disse, mas não deve desconhecer, que o déficit que lega ao seu sucessor para 1990, é da ordem de quase 47%, considerando-se o total da receita corrente pelo total da despesa corrente.

Pela primeira vez, nos últimos 10 anos, o Paraná recorreu a antecipações de receita, através de empréstimos bancários volumosos que produziram auditorias, dadas as suspeições que foram levantadas sobre essas operações, que totalizam mais de 535 milhões de cruzados novos, somente em 1989.

Embora se diga transparente, o Governo do Estado não explicou a nós, contribuintes, os motivos da venda de quase 5 milhões de ações da Petrobrás.

Durante o Governo José Richa-João Elísio, entre 84 e 86 - Esses são dados oficiais da Secretaria de Finanças - A Receita Tributária, leia-se ICM, cobriu o pagamento de pessoal, encargos sociais e outras despesas correntes, deixando bons saldos para investimentos.

No Governo Álvaro Dias, ocorreu o contrário. Em 1987, houve um déficit sobre a Receita Tributária de 20,3%. Em 88, de 29,8%. E, em 89, o que aparentemente seria uma recuperação, com déficit de 12,6%, é uma "maquiagem" contábil. Ocorreu que, no ano passado, através de manobra, não foi computado como déficit no tesouro o adiamento do pagamento do funcionalismo e do serviço da dívida de curto prazo do Estado, lançado em restos a pagar, cujo déficit real foi superior a 40%.

Há exemplos menores, mas contundentes, deste mau governo.

No discurso à Assembléia, o Governador disse que o esforço de expansão industrial empreendido por sua administração redundou, em apenas dois anos, na atração de US\$ 2,5 (bilhões e meio de dólares, em novos investimentos.

Seria um resultado fantástico, se de fato fosse verdadeiro, mas não o é.

O que Sua Excelência o Governador Álvaro

Dias deixou de esclarecer é que chegou a esses 2,5 bilhões de dólares simplesmente somando protocolos de intenções de grandes indústrias. Ou seja, ele deu como investimentos efetivados aquilo que eram simples intenções rabiscadas em pedaços de papel. Na prática, não foram transformados em novos investimentos nem dez por cento - Vejam bem, nem dez por cento - desse número fantástico de 2,5 bilhões que o Governador - irresponsavelmente - exibiu aqui nesta Casa.

O Governador Álvaro Dias foi além, quando disse que adotou "Medidas Saneadoras na Administração Fazendária e Bancária".

Muito bem. Os números citados até aqui são exemplos da forma irresponsável com que vem sendo tratado o dinheiro do povo paranaense. E que hoje certamente não se conformaria ao saber que a soma de 1,6 bilhões de cruzados novos, destinados à construção de casas populares, foi desviado para cobrir o "Rombo" de Caixa do Tesouro Estadual. Deixaram de ser construídas mais de cinco mil casas populares, que beneficiariam famílias de baixa renda, mas apesar disso, o BANESTADO continua servindo como instrumento de auto-promoção do Governo, dispensando fortunas que são mantidas como "segredo de estado", porque indignariam a todos.

Nesta Casa, o Governador também realçou os excelentes resultados do BADEP. Não é exatamente isso o que os meios financeiros garantem. As dívidas do Grupo Atalla e da Cidade Industrial de Curitiba, tão alardeadas, estão se transformando em argumentos e desculpas para a pré-insolvência do BADEP.

Também causam estranheza, os números oficiais apresentados sobre o programa de obras rodoviárias.

É muito quilômetro no discurso e na propaganda para tão pouco asfalto no chão. Da mesma forma, é estranhável que o Governador não tenha justificado o conjunto de obras inacabadas, cujos recursos foram contratados através da Caixa Econômica Federal.

Ninguém desconhece, por outro lado, que o Governador incorporou ao seu acervo de obras, realizações, inclusive já inauguradas, da gestão imediatamente anterior.

Não satisfeito em incorporá-las na propaganda oficial, ainda se apresentou em marcá-las com aquelas suas famigeradas placas.

E não é só.

Nesta Casa, Sua Excelência afirmou que durante seu governo houve uma diminuição do número de funcionários da administração direta e indireta, apesar de 6.435 funcionários terem se aposentado.

Não foi isso o que aconteceu.

Na verdade, o quadro cresceu. Em 28 de fevereiro de 1987, o quadro de funcionários do Estado do Paraná era de 180.784. E em novembro de 89, havia "pulado" para 195.787. Ou seja, o Sr. Álvaro Dias inchou a máquina com mais de 15.003 funcionários. Essa é a verdadeira aritmética.

Gostaria de realçar a dignidade do funcionalismo público deste estado que, apesar de mal remunerado, cumpre com suas obrigações, ao contrário do Sr. Governador, e eu cito como exemplo as dificuldades para obter qualquer informação do Governo transparente de Sua Excelência, contrariando a própria Constituição, sua administração ainda não respondeu a requerimento deste Deputado, datado de 17 de outubro, solicitando informações sobre a situação financeira e operações mobiliárias no Estado. Apesar deste comportamento, tais informações estão sendo reveladas por funcionários preocupados com a dilapidação do patrimônio do Estado.

Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O rol de contradições do Sr. Governador nesta Casa e fora dela é longo e, em matéria de rodovias, a contradição, além de extensa, é onerosa. Sua Excelência assinalou em seu balanço, textualmente, abre aspas, "diante da necessidade de conclusão do programa de rodovias contratadas pelo governo anterior José Richa e João Elísio, contando apenas com recursos do Tesouro, nos vimos diante da continência de contratar empréstimos na ordem de 165 milhões de dólares." Só nos resta perguntar, por que motivos então, em fins de 1987, quando já vivíamos as consequências drásticas do fim do Plano Cruzado, o Governador lançou um novo pacote de obras no setor rodoviário no valor de 185 milhões de dólares?

Hoje, Srs. o Paraná é um cemitério de obras. Além de não ter concluído boa parte das obras em andamento da administração anterior, muitos do seu próprio pacote sequer foram iniciadas, e mais, daquelas obras contratadas e já começadas, em muitos casos o Governador não vem honrando o pagamento às empreiteiras. O Governo deve hoje, a empreiteiras, nada menos de 175 milhões de dólares, apesar disso, continua abrindo as portas a empreiteiras de outros Estados, em detrimento das empreiteiras locais.

Vejam só o absurdo da situação. No Rio Grande do Sul o governo estadual investe e paga mensal e pontualmente, 40 milhões de dólares em obras rodoviárias. O Paraná, enquanto isso, contrata oito milhões de dólares por mês e não paga um centavo.

A situação do Estado é pré-falimentar, mas o Governador Álvaro Dias insiste em desconhecer esta realidade, propagando que tudo vai muito bem graças à sua admi-

nistração. Porém, a folha de março e abril não será honrada sem realizar novos empréstimos de curto prazo. No fundo, Sua Excelência deve saber muito bem da verdadeira situação, talvez seja exatamente por isso, que um ano antes de encerrar o mandato que os paranaenses lhe confiaram, ele lançou, a si mesmo, candidato ao Senado. Vai fugir da profunda crise gerencial em que deixa o Estado, e possivelmente fugindo pela Hidrovia do Ivaí.

Com aparte o Deputado Nereu Carlos Massignan.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Deputado Hermas Brandão, cumprimento a Vossa Excelência, que hoje faz uma análise do Governo Álvaro Dias, em cima da mensagem que o Governador leu na última quinta-feira. Não decorreram oito dias e vem Vossa Excelência trazer aqui dados que assustam as lideranças políticas responsáveis deste Estado. São dados, são confirmações daquilo que se fala mas que não se publica.

É do conhecimento público este diagnóstico, mas cujo melhor testemunho de todos os Governos é a História, Vossa Excelência hoje se antecipa a ela, ao abrir as entranhas do Governo Álvaro Dias e mostrar que não é apenas a análise superficial da publicidade contratada que faz um governo belo e justo. Não.

Apontaria alguns dados em relação a isto. No ano passado foi inaugurado com estardalhaço e grande publicidade o mercadão popular de Pato Branco, na minha região do Sudoeste do Paraná. Esta inauguração mereceu propaganda institucional em todo o Estado, como mais uma conquista para atender à população carente da Região do Sudoeste. Hoje o mercadão popular de Pato Branco está fechado, mas a propaganda institucional que se esparramou pelo Paraná não foi desmentida. Lá no Noroeste, na região do Deputado Eduardo Baggio, aquele povo que viu a propaganda pensa que ainda existe mercadão popular. Aqui em Curitiba também. Lá em Foz do Iguaçu talvez. Em Capanema, na fronteira, - nós sabemos, somos de lá, no Sudoeste, o povo sabe que isto é uma mentira.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Em Guarapuava existe e funciona bem.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Estive no Rio Grande do Sul. Não vi nenhuma propaganda de tapa buracos em estradas.

Vi no Paraná antes de viajar: porque no Rio Grande do Sul existe o trabalho.

A BR-101, em Santa Catarina, está revestida, sinalizada, é um exemplo de rodovia federal. No Paraná se faz a propaganda de tapa buraco em estradas federais como se o Governo estivesse preocupado nos in-

vestimentos das rodovias.

E assim vai este Governo da ilusão do "marketing" das cores azul e vermelha e da propaganda institucional. Referi-me apenas a estes dois fatos e quero ser breve porque Vossa Excelência naturalmente quer dar os apartes aos demais Deputados, mas fiz questão de intervir no seu pronunciamento para dar o meu reforço, o meu testemunho, os meus cumprimentos efusivos a Vossa Excelência, Deputado competente, trabalhador, que não esperou oito dias, não esperou esfriar este pseudo-entusiasmo da mensagem governamental e veio hoje aqui desmascarar aquilo que foi dito na quinta-feira. Bastou um fim de semana para se aprofundar nos dados para que aqui hoje se desfizesse esta fantasia e se coloque à frente do Paraná uma verdade que vai ser questionada neste ano, porque as eleições vão mostrar que este Governo, que é o governo da marca na televisão, da obra na televisão, da mensagem na televisão, esqueceu que a televisão não é a solução para os problemas do Paraná e do seu povo.

Muito obrigado.

- O SR. HERMAS BRANDÃO - Agradeço o aparte do Deputado Nereu Carlos Massignan.
- O Sr. Caíto Quintana - O nobre Deputado José Felinto havia solicitado um aparte.
- O SR. JOSÉ FELINTO - Agradeço o aparte. Passou a oportunidade, Deputado.
- O SR. HERMAS BRANDÃO - Tem o aparte o Deputado Erondy Silvério.
- O Sr. Erondy Silvério - Agradeço o aparte de Vossa Excelência. A Casa toda sabe, não só a Casa como o Paraná, que eu venho apoiando a administração Álvaro Dias desde o primeiro dia de Governo e o farei até o seu último dia de Governo porque acredito no jovem Governador do Paraná. Vossa Excelência hoje traz à Casa dados que desmentem, ou praticamente, sem eufemismo, chama de mentirosa a mensagem do Governador Álvaro Dias. Confesso a Vossa Excelência que não tenho condições, neste momento, de debater com Vossa Excelência as afirmações que Vossa Excelência faz. Entretanto, vou estudar, se Vossa Excelência me permitir, pegarei junto à Taquigrafia, uma cópia do discurso de Vossa Excelência
- O SR. HERMAS BRANDÃO - Eu cederei uma cópia a Vossa Excelência.
- O Sr. Erondy Silvério. - Muito obrigado a Vossa Excelência e me permito vir, contestar ou concordar com Vossa Excelên-

cia. Desde já quero levantar algumas divergências que tenho a afirmações que Vossa Excelência fez. Vossa Excelência disse que o Paraná vai bem, não é graças ao Governador Álvaro Dias. O Paraná vai bem dado ao povo do Paraná, que é um povo afeito ao trabalho, que é um povo que sempre trabalhou pelo desenvolvimento deste Estado.

Vossa Excelência está dizendo o óbvio nesta Casa, nenhum Governo vai bem sem um povo. O Paraná é um Paraná pujante de todos os governadores, dos melhores aos mais medíocres. Vossa Excelência não está dizendo nenhuma novidade. No Governo José Richa o povo do Paraná trabalhou e trabalhou duro para que o Paraná atingisse o índice de desenvolvimento que atingiu. No Governo Álvaro Dias da mesma forma. Então Vossa Excelência está trazendo à Casa o óbvio.

Outra afirmação que Vossa Excelência faz é a de que o Governo deixa dívidas. É o papel de todos os governadores. O único Governador que não deixou dívidas, deixou o cofre cheio para o Sr. José Richa, foi o Governador Hosken de Novaes. E o Senhor José Richa além de ter recebido a Casa em ordem - veja bem, não estou criticando o ex-Governador José Richa, por quem tenho uma grande admiração não só pessoal mas pela sua obra administrativa também ...

Vossa Excelência não pode ser apaixonado na análise e no debate das matérias.

Eu me lembro que o então Secretário de Desenvolvimento Urbano, Saul Raiz, conseguiu um empréstimo de 200 milhões de dólares para desencadear uma série de planos administrativos no Paraná. Esse dinheiro foi criminosamente bloqueado no Senado pelos então Senadores Leite Chaves e José Richa. O dinheiro não chegou aos Cofres do Governo do Estado, dependia apenas da autorização do Senado. Tão logo o Sr. José Richa assumiu o Governo, evidente que o Senado deixou de obstruir a matéria, a matéria foi aprovada, o dinheiro chegou ao Paraná e foi desencadeada uma obra, o clic-rural... tudo isto constava do plano Saul Raiz. Ao contrário disso, o Sr. Álvaro Dias pega o Estado numa situação calamitosa com relação à economia nacional. E Vossa Excelência tem que se ater também a esse fato para ser imparcial. Vivemos o maior descalabro administrativo nesta Nação, neste cinco anos de desgoverno Sarney. Então é evidente que os Estados encontram dificuldades.

Então vamos pegar uma cópia do discurso de Vossa Excelência, vamos dissecá-lo, vamos ver onde Vossa Excelência tem razão e onde não tem e então ocuparemos a Tribuna. Até lá eu agradeço a atenção de Vossa Excelência.

- O SR. RAFAEL GRECA - Um aparte, Deputado.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Deputado Erondy, agradeço a sua intervenção, vou fornecer-lhe uma cópia do meu pronunciamento. Inclusive há dados que Vossa Excelência irá buscar junto ao Governo do Estado.

Realmente todo o Governo deixa dívidas, mas dívidas contábeis. E nunca tivemos uma situação tão crítica fechando um ano com mais de 40% de "deficit".

Tem o aparte o nobre Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - A respeito, Deputado Hermas Brandão, do seu pronunciamento...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Um aparte...

O SR. HERMAS BRANDÃO - O Deputado Rafael pediu anteriormente.

O SR. RAFAEL GRECA - Deputado Hermas Brandão, profundamente honrado com o seu aparte e também honrado em ser companheiro de Vossa Excelência nesta Assembléia, felicito Vossa Excelência pela oportunidade do exercício da crítica. Uma das qualidades da democracia é desmoralizar a prepotência dos poderosos pelo exercício contínuo da crítica. Quem não cria novas realidades quando está exercendo o poder, vê o poder envelhecer.

Se o seu pronunciamento precisa ser dissecado pelos laboratórios palacianos, deve começar, no meu entender,...

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu sempre respeitei o Nobre Deputado Rafael Greca e exijo de Sua Excelência o mesmo respeito.

O pronunciamento vai ser dissecado não por laboratório palaciano, porque não preciso me valer de nenhum laboratório para analisar um discurso de qualquer colega nesta Casa, vou analisá-lo e irei à Tribuna.

O SR. RAFAEL GRECA (Aparte) - Sr. Deputado Hermas Brandão, em sendo dissecado o seu pronunciamento, pelo Deputado Erondy Silvério ou pelos laboratórios palacianos de auxílio ao Governo, podem perfeitamente começar pelas prateleiras da farmácia do I.P.E., que há muito tempo não conhecem nenhum remédio. Na rua Inácio Lustosa, está a farmácia do I.P.E., com as suas prateleiras completamente vazias.

Pode se começar a dissecação por qualquer das delegacias de Polícia do Paraná, as delegacias de Polícia, onde as pessoas roubadas chegam e pedem auxílio do policial de plantão, seja em módulo ou em delegacia, e recebem a resposta chocante, de que não há dinheiro para a gasolina das viaturas e daí por diante. Passa-se no

hospital-Colônia São Roque, ligue-se a televisão e veja se a obra do Dr. Caetano Munhoz da Rocha, que é o isolamento do Estado ali do alto da Rua XV, mostrada como grande obra do Governo Álvaro Dias, isso depois que o telhado caiu no pavilhão de isolamento em cima dos doentes, e assim por diante.

Nobre Deputado Hermas Brandão, eu acho que é dever dessa Assembléia, transformar a aula deste Parlamento, numa grande lição de anatomia, e aí, as homenagens da experiência do Deputado Erondy Silvério, para todos juntos, inclusive, com o bisturi do deputado, dissecarmos o cadáver desse Governo.

Era isso.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Aparte) - Ilustre Deputado Hermas Brandão, nós já esperávamos há algum tempo esse seu pronunciamento.

Pronunciamento, apaixonado, pronunciamento de inimigo mesmo, que Vossa Excelência faz a este Governo, e nós já esperávamos deputado, que desde que Vossa Excelência deixou o PMDB, Vossa Excelência tem se conduzido dessa forma, não como um Parlamentar, isento, mas como um inimigo e inimigo se trata dessa forma, como Vossa Excelência está tratando o Governo Álvaro Dias. O Governador Álvaro Dias, vindo à tribuna e dizendo inverdades, que nós somos obrigados, ilustre Deputado, a contestar.

Aliás, um pronunciamento que Vossa Excelência está fazendo muito bem escrito, e queremos parabenizar aquele que escreveu esse seu pronunciamento, mas sabemos e temos certeza que não são palavras de Vossa Excelência, porque este Governo, ilustre Deputado, não forjou obras, este Governo não foi apresentado pelo Sr. Governador como um Paraná irreal. Nós achamos que o Sr. Governador, em apresentando suas contas a este Parlamento, o fez de forma transparente, não negou a esta Casa, que empréstimos realizou para cobrir contas de empreiteiros em ano anterior. Não negou a esta Casa que teve que fazer empréstimos, antecipação de receita, para pagar o aumento de 292 por cento que fez ao funcionalismo público.

O Sr. Governador aqui compareceu e teve a bravura e a competência de dizer tudo isso de forma transparente, Vossa Excelência vem e faz acusações, porque houve um empréstimo para pagar os funcionários públicos. Ora, o Sr. Governador não negou isto aqui, ele veio e de viva voz, disse a esse Parlamento e a quem quisesse ouvir, que usou mão desses recursos.

Por isso, se o Sr. Governador aqui veio e destacou esses empréstimos, não podemos aceitar agora as críticas de Vossa

Excelência, que vem fazê-las como se fosse uma coisa nova, como se fosse uma denúncia que Vossa Excelência está fazendo ao Paraná, e Vossa Excelência não está fazendo nada de novo. Apenas lendo um pronunciamento muito bem feito de alguém, possivelmente que trabalha no Governo ou que tem relações muito íntimas com o Governo e que escreveu e deu para Vossa Excelência ler. Isto é o que Vossa Excelência vem fazer nesta Casa agora, acusações que não podemos aceitar!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Prossegue a sessão com os cinco minutos destinados ao PRP.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Respeito a sua posição, como Líder do Governo.

O senhor está na sua missão. Mas tão desinformado como o Governador, é o Líder do Governo, também! Estou falando verdades, aqui, e desafio o senhor a trazer a esta Casa dados que não são verdadeiros, neste pronunciamento!

Com a palavra, o Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Mas, Vossa Excelência não trouxe dado nenhum! Vossa Excelência trouxe acusações! Qual é o dado novo?

O SR. HERMAS BRANDÃO - O Governo, que faz trinta e nove antecipações de receita no ano é um Governo incompetente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Hermas Brandão.

O SR. HERMAS BRANDÃO - É um Governo incompetente! Irresponsável! E que está deixando o Paraná numa situação difícilíssima... Senhor Presidente... Deputado Caíto Quintana tem a palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Aparte) - Deputado Hermas Brandão, eu parablenho Vossa Excelência porque a discussão à luz de dados econômicos é importante, neste Parlamento. Eu acho de suma importância. Da mesma forma vi as citações do Deputado Erondy Silvério, eu me proponho a analisar o seu pronunciamento e de contestarmos fatos que eventualmente hajam sido distorcidos ou que não sejam, exatamente, os números, porque na economia é muito difícil de fazer apenas um enfoque. E eu recorde, que no final do Governo José Richa, que na condição de Líder da então Bancada do PMDB, travamos vários debates, aqui, com o Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que tentava por alguns lados, comprovar o endividamento do Governo quando nós mostrávamos que o Governo, naquele período, ha-

via pago mais do que feito empréstimo. E eu acredito que o quadro permanece até hoje.

Eu pedi o aparte, Deputado, por causa de colocações que inclusive destoam do pronunciamento. V.Exa. se propõe a fazer um estudo de números, de endividamento do Estado. E eu vejo determinados apartes para falar de prateleiras cheias ou vazias de uma farmácia do IPE. Não creio que V.Exa. tenha ocupado a Tribuna para discutir particularidades, como se nós fossemos atacar o Governo Municipal de Curitiba pela eventual falta de um medicamento ou de medicamentos, em algum posto de saúde municipal. Como da mesma forma não poderíamos aceitar colocações de que o Rio Grande do Sul esteja bem de estradas. Pode ser a auto-estrada que tenha levado algum Parlamentar para as praias gaúchas ou para centros maiores do Rio Grande. Eu também desafio, aqui, a trazermos o número de quilômetros feitos, de asfalto, no Rio Grande do Sul contra o número de quilômetros feitos, de asfalto, no Estado do Paraná, para vermos a aplicação real de recursos públicos na infra-estrutura montada nos dois Estados.

Quer dizer, V.Exa dá o "ponta-pé" inicial numa matéria de suma importância e que nós "topamos" a briga, para discutir. Mas, discuti-la à luz daquilo que V.Exa quis trazer, que é exatamente números. Números que na economia não existe como negá-los, porque eles falam a verdade. Se V.Exa. tiver razão, nós vamos ter que nos render, porque os números não mentem. Mas, eu tenho certeza de que outros números poderão existir, para justificar as denúncias de V.Exa. Muito obrigado e parabéns pelo discurso.

O SR. HERMAS BRANDÃO: Eu agradeço ao Deputado e tenho a certeza de que nós vamos, a partir de hoje, com este nosso pronunciamento na Casa, discutirmos os números que estão aí colocados.

Eu acho que vamos partir para uma discussão, mais ampla e mostrarmos, realmente, a situação do Paraná.

Nobre Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Aparte) - Nobre Deputado Hermas Brandão, gostaria, inicialmente, de cumprimentá-lo pela disposição em ter trabalhado, se informado, para conseguir os dados que, realmente, o Paraná não conhece.

Porque, nobre Deputado, Vossa Excelência quando fala sobre o pronunciamento do Governador Álvaro Dias aqui na Assembléia Legislativa, fala com muita razão.

Porque se analisarmos apenas o pronunciamento do Governador, nós vamos ver

que o Paraná não falta nada, que o Paraná é um Estado em franco desenvolvimento, que possui um Banco em boas condições!

Quando nós sabemos a real e verdadeira situação do Banestado, hoje, no Paraná. Coisa que a televisão não diz, porque quem paga não é o povo, é através do povo que se paga para fazer uma propaganda totalmente feita em cima de números, que não condizem com a realidade.

Eu nunca vi, nobre Deputado, lançar juros de dívida como receita, sem antes receber o dinheiro, para depois apresentar como venda com lucro de uma entidade bancária. Eu nunca vi se fazer uma propaganda tão malandragem, tão desonesta, como a que se faz do Porto de Paranaguá, por exemplo, que diz que vai ser ampliado o Porto de Paranaguá com recursos que serão contactados...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. passa a usar o Horário da Liderança do PDT.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Obrigado Senhor Presidente.

Com recursos contactados ainda em função de contratos que poderão ser realizados, enganando desse jeito, o povo paranaense.

V.Exa. tem razão, quando fala em obras, porque todo mundo sabe, e nós do norte do Paraná sabemos que a rodovia Maringá-Londrina ficou quase pronta, nobre Deputado Artagão, no Governo Richa-João Elísio, e hoje, traz-se este mérito, da duplicação desta Rodovia, ao atual Governo, nos sabemos que a rodovia...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Qual a percentagem da obra?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Valderi Mendes Vilela.

A Mesa pede atenção dos Senhores Deputados, que respeitem os oradores.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu estou dizendo a verdade, nobre Deputado Artagão, porque sou do norte do Paraná, viajo por lá, quando vou à Guarapuava também passo por lá. Então eu sei que lá ocorreu isso aí, eu não era Deputado na época, apenas um cidadão paranaense.

E, eu não votei no Richa, não votei no Elísio, na verdade eu não votei neles, mas tem que se atribuir a obra a quem realmente faz.

É o caso de Pirai do Sul a Ponta Grossa, nós vimos na televisão que esta estrada está pronta, é a nossa região, nobre Deputado, passe por ali e veja a situação que se encontra de Carambei a Pirai do

Sul, para vir se falar na conclusão de uma obra realizada, não existe!

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Mas quem disse que está pronta?

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Nobre Deputado, V.Exa. precisa ouvir um pouquinho melhor.

Outra coisa, nobre Deputado Hermas Brandão, nós estamos no Horário da liderança do PDT, no final, cederei, com muita satisfação, para conclusão de seu raciocínio.

Vimos propaganda na televisão sobre o PEDU. Eu gostaria que o Deputado Artagão defendesse agora o Secretário Roberto Requião de Mello e Silva, fazendo propaganda de um dinheiro que não veio, de um dinheiro que ainda não saiu!

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Eu não faço propaganda do Roberto Requião, eu faço propaganda do PEDU, o dinheiro já está aí, vão começar as negociações no mês de março, agora eu não estou aqui para fazer propaganda de Roberto Requião, agora quanto ao PEDU eu falo, porque talvez o Requião seja o seu candidato, V.Exa. está falando no nome dele, mas com relação ao PEDU eu posso falar.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria que garantisse a palavra aos oradores, porque está havendo uma interferência do nobre Líder do Governo em todos os pronunciamentos dos Senhores Deputados.

Eu solicitaria a Mesa uma posição em relação a este aspecto.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Nós sabemos, nobre Deputado Hermas Brandão, que quando se toca no candidato Roberto Requião de Mello e Silva ao Governo do Estado, o Deputado Artagão tem que ficar meio constrangido, porque realmente está sabendo dessa disputa que existe no Partido dele para concorrer ao Governo, mas a verdade é que nenhuma obra do PEDU começou até hoje, o último programa feito foi do PRAM, já disseram aqui, houve recurso aplicado no Paraná.

Mas, nobre Deputado, não se esqueça que V.Exa. trouxe para esta Casa assunto de fundamental importância. Certamente haverá os defensores de um Governo que aí está encerrando, porque nós sabemos que o nobre Governador deve ser candidato, a partir do dia 03 de abril deve entregar o Governo, sabemos lá em que situação Vossa Excelência pode conseguir esses números, vai se encontrar o Estado do Paraná até lá; mas uma coisa eu tenho certeza: Que até o dinheiro do repasse para a Assem-

bléia Legislativa, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário não tem sido feito por falta de recursos. Então, o Paraná não está as mil maravilhas como disse o Governador; as dificuldades são de todos os Estados, nós concordamos que as dificuldades existem, mas não pode é tentar enganar o povo através de uma mídia forçada, de uma enganação total. Por isso, nobre Deputado, eu quero parabenizá-lo pela denúncia que Vossa Excelência traz a esta Casa de Leis e dizer que o PDT estará junto a V.Exa. apurando as irregularidades cometidas no Paraná em todo esse tempo.

Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, eu gostaria de ceder o tempo da Liderança do PSDB ao ilustre Deputado Hermas Brandão, o orador desta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Cedido.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Senhor Presidente, agradeço a Liderança do PSDB por ceder o seu tempo, mas quero cumprimentar o Nobre Deputado Valderi Mendes Vilela também pela sua preocupação com as coisas do nosso Estado. Cedo agora ao Nobre Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira o aparte.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, Nobre Deputado Hermas Brandão, disse-o bem, o Deputado Rafael Greca, a crítica é um instrumento maior da democracia e nesse momento em que Vossa Excelência vem à Tribuna fazer uma crítica baseada em fatos e eu sei que existe de vossa parte já há muito tempo trabalhos e estudos em cima de dados oficiais, inclusive esse trabalho e estudo não é maior porque informações têm sido negados pelo próprio Governo, informações negadas à Assembléia Legislativa, que é inconstitucional, mas nós chegaremos a essa oportunidade ainda. Quero cumprimentá-lo pela oportunidade, como disse o Deputado Caíto Quintana, que dá o chute inicial nessa bola, que eu tenho certeza, não é uma simples bola de futebol, mas é uma bola de neve.

Eu quero dizer que neste atual Governo, aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, através de uma solicitação de segmentos da sociedade civil da máxima importância do Paraná, como a Associação Médica do Paraná, o Sindicato dos Médicos do Paraná, dezenas de entidades de servidores públicos ligados ao setor da Saúde, através da nossa participação entrou com a primeira CPI verdadeira contra os desmandos desse Governo, principalmente no setor da Saúde. Tudo está demonstrado, é relatório do INAMPS, é relatório do Tribunal de Contas da União, é uma série de documentos

que foram apresentados numa CPI, mas que foram rechaçados pela maioria Governista, encravadas nessa mesma CPI.

O tempo dirá e a verdade aparecerá. Eu quero dizer que a CPI da Saúde foi o primeiro instrumento de denúncia contra o que está acontecendo nesse Governo e na Secretaria de Saúde, sem dúvida nenhuma, muita incompetência, dolo, má fé e corrupção poderá ser demonstrado através de uma auditoria independente que foi negado pelos Deputados Governistas desta própria CPI.

É evidente Senhor Deputado, que quando Vossa Excelência coloca essas questões mexe com o brio de quem está aí para defender o Governo, companheiros nossos, colegas, que não questionamos a sua validade e nem a sua idoneidade, mas sem dúvida nenhuma, vai ser um papel histórico difícil para defender o que está ocorrendo nas hostes desse Governo. E nós presenciamos aqui, quando Sua Excelência, o Governador, esteve aí nesta Tribuna prestando contas à Assembléia Legislativa, pelo secar de tintas da caneta, um fim melancólico de Governo já se antevê.

Muito obrigado Senhor Deputado.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Agradeço ao nobre Deputado Haroldo Ferreira a sua participação em nosso pronunciamento e quero Senhores Deputados, nobre Deputado, ao encerrar, voltar a afirmar nesta Casa que o Governador Álvaro Dias tem uma grande responsabilidade pela situação também em que se encontra o nosso País. Foi um dos artífices da responsabilidade da prorrogação do mandato do Presidente José Sarney, a quem recebe amanhã.

E, certamente Álvaro Dias sabe que em seu desempenho para prorrogar o mandato José Sarney, em nada beneficiou o Paraná e muito menos o Brasil. Um ano a mais para Sarney, com a decidida ajuda do Governador do Paraná, foi um desastre para o nosso País. Assim, ao encurtar o seu mandato, também Álvaro Dias parece se redimir de tão grave erro; por certo agora teria descoberto, que se não há nenhuma ajuda a prestar, melhor é não atrapalhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Horário das Lideranças, PT com a palavra. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, demais participantes dessa primeira sessão de trabalho do Poder Legislativo do Estado do Paraná, no nosso último ano deste mandato.

Inicialmente, quero solidarizar-me com a preocupação manifestada por uma série de parlamentares, que se pronunciaram nesta

data, quando se procura colocar em público, colocar em discussão, matéria provocada por Sua Excelência, o Governador, quando da instalação dos trabalhos neste período fez um breve histórico, uma breve prestação de contas dos seus três anos de mandato. E concordo plenamente com alguns ângulos aqui apresentados pelo nobre Deputado Hermas Brandão, bem como dos Deputados apartesantes nesta sessão; digo, que neste Horário das Lideranças não vou me pronunciar especificamente, porque estou preparando um pronunciamento em Grande Expediente, sem ser escrito por outros, e nem por espírito palaciano, aonde nós colocaremos a nossa contribuição: oportunamente, talvez nesta semana ainda, aonde vamos colocar em apreciação outros ângulos, que não foram aqui trazidos pelo nobre Deputado Hermas Brandão.

Esse último período desse mandato dos nossos 54 Parlamentares, certamente, ele começa com um grande desafio a ser cumprido.

É um ano eleitoral, aonde, sem sombra de dúvida, o segundo semestre será prejudicado pela dedicação e pela ausência devido às eleições que acontecerão em três de outubro, mas, neste primeiro semestre, certamente, nós temos a grande tarefa de complementar os Direitos Constitucionais, que nós assim promulgamos em 5 de outubro.

Temos neste primeiro semestre a grande tarefa de atualizar o nosso Regimento Interno, e adaptar ao momento novo.

Temos também muitas iniciativas de Leis Ordinárias, que deverão ser apreciadas nesse período.

Temos Leis que decorrerão dos complementos da Constituição Federal. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é necessário e nossa responsabilidade nesse último ano do nosso mandato, e especialmente nesse primeiro semestre, porque será um semestre de trabalho dobrado, como foi no ano passado no processo constituinte.

E quero deixar registrado nesta tribuna também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que nesta manhã recebi um telegrama com um convite, mas um convite indigesto. Recebi um convite para participar, amanhã, junto com Sua Excelência o Presidente José Sarney, da inauguração da Barragem de Passaúna.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, é uma barbaridade o que nós estamos vendo. Ouvimos Sua Excelência o Governador, declarar aqui, na quinta-feira, neste Parlamento, de que o Paraná no seu Governo ganhou mais de três mil quilômetros de asfalto. Ganhou placas, por que asfalto nós estamos vendo pouco. Disse que recebeu mais de dois mil e quinhentos quilômetros de recapeamento. Somente placas, porque recapeamento estamos vendo pouco.

Agora, o Presidente José Sarney, o Governador Álvaro Dias, convidando para inauguração de uma usina hidrelétrica que começa agora. A usina começa agora e o Governo que sai já vai inaugurar. Certamente, acontecerá como em São João do Triunfo, um município administrado pelo nosso partido, sob nossa responsabilidade, que tem uma grande placa de inauguração do asfalto de João Elísio Ferraz de Campos; agora, uma nova placa de concreto inaugurando o asfalto novamente do Governo Álvaro Dias. Cada governo que passa coloca uma placa dizendo que é de sua autoria.

Por isso, protesto a este convite! Eu não aceito! Porque o Governo de José Sarney, de Álvaro Dias, que são parecidos, não merecem a minha presença na inauguração de obras que ele não fez.

Os asfaltos, não dão mais para andar; as obras federais e estaduais não acontecem.

Então, inaugurar placa eu me nego! Não compareço.

Era isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTN se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo. Com a palavra, o Senhor Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Cumpr-me, Senhor Presidente, vir à esta Tribuna não para contestar o pronunciamento do Ilustre Deputado Hermas Brandão, mas para repor a verdade. Para fazer da mesma forma que o Governador Álvaro Dias fez, quinta-feira próxima passada, no reinício dos trabalhos desta Casa.

Teve o Senhor Governador a competência, a clareza e a humildade de, ao fazer sua prestação de contas, não esquecer a verdade, não tumultuar este processo, em fazer com que os Ilustres Parlamentares

tivessem uma idéia clara e precisa da situação do Paraná. Não disse, Sua Excelência que o Paraná é um mar de rosas, não disse, e não poderia dizê-lo porque, aí sim, estaria faltando com a verdade.

O Senhor Governador declinou suas obras, declinou sua ação administrativa nos últimos três anos. Disse, sim, das obras que realizou - porque não - e realizou muitas obras e àqueles que vêm a esta Assembléia, aos jornais, às rádios dizer o contrário, estes sim estão faltando com a verdade, estes sim querem denegrir a imagem de um Governador sério, de um Governador competente e capaz, que mesmo num momento de crise sem precedentes consegue fazer com que o nosso Estado ainda esteja situado entre os melhores da nação brasileira.

Por isso não viemos contestar as palavras do eminente Deputado Hermas Brandão. Não venho aqui fazer este pronunciamento apenas porque sou Líder do Governo e tenho obrigação de fazê-lo. Venho sim por vontade própria, por satisfação e por prazer de restabelecer a este Plenário a verdade verdadeira.

O Senhor Governador falou de seus empréstimos, disse dos seus financiamentos, deixou tudo muito claro, não escondeu exatamente para que os outros não pudessem vir aqui e dizer "o Governador falou que o Paraná é um mar de rosas, falou que o Paraná não tinha problemas, mas não é verdade, problemas existem".

Existem sim, inúmeros problemas, num momento de crise não podemos conviver e viver sem problemas. O Paraná tem uma série de problemas, mas tem pessoas competentes para resolvê-los, tem homens sérios que trabalham em benefício do povo e por isso tem que anunciar as suas obras, porque quem faz, que realiza tem que anunciar as suas obras. Agora, àqueles que nada fazem, que nada realizam ficam com ciúmes daqueles que trabalham de forma diferente. Não podemos vir aqui e não queremos criticar o Governo anterior que nós sabemos fomos governados por pessoas sérias e competentes. Não podemos vir aqui e não queremos fazer crítica, por exemplo, ao Senhor Jaime Lerner, Prefeito de Curitiba, não queremos fazer este tipo de crítica, embora o Deputado Rafael Greca tenha dito que o exercício contínuo da crítica é o caminho da democracia.

Eu não vou fazer crítica, mas eu acho que o Candinho Chagas sabe muito bem disso e vem dizendo a verdade há mais de dez anos.

Eu concordo com o ilustre Deputado Rafael Greca e o Candinho Chagas também concorda, porque na sua revista vem espelhando a verdade há muito tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de Lei complementar de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 13 (treze), de autoria do Senhor Deputado Antônio Anibelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 28/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Piraquara, para que a população decida sobre a criação do Município de Pinhais. Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, apenas para justificar meu voto em relação ao Projeto 28/89.

Nós que temos perfeito entrosamento com o município de Piraquara, queremos manifestar a nossa posição favorável em relação a este Projeto, porque entendemos que a população de Piraquara e Pinhais já vem discutindo esse processo há algum tempo.

Ao mesmo tempo queremos colocar a nossa preocupação em relação a essa divisão do Município, porque entendemos que Piraquara vai ficar com uma área aonde possui os hospitais, que atendem o Estado, as cadeias públicas, aonde possui a maior parte dos mananciais que atende Curitiba e a região metropolitana.

Por isso no momento em que aprovamos este projeto, devemos carregar conosco a preocupação de fazer com que esta Assembléia e o Governo do Estado tenham uma preocupação no sentido de fornecer, de uma maneira ou de outra, mais subsídios para que Piraquara possa conservar os seus mananciais e possa atender Curitiba e a região metropolitana e ao mesmo tempo devemos prestar solidariedade ao novo município que se pode criar que é Pinhais; no sentido de que ele possa montar a sua estrutura e fazer com que a população de Pinhais possa resolver os seus principais problemas que é na área de saneamento básico, na área de infra-estrutura, para atrair àquele progressista Município da Região Metropolitana maiores indústrias, maiores investimentos para que possa esse novo município atrair a população e corresponder com o objetivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência vota a favor ou contra?

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente Anibal Khury, no momento em que eu pedi a palavra para justificar o meu voto, eu iniciei dizendo claramente que era e votava a favor.

Quero reafirmar a Vossa Excelência e aos demais Deputados que pretendem colocar-me numa situação adversa, de que votar a favor, é votar a favor da população de Piraquara e de Pinhais.

Muito obrigado.

O SR. Para justificar o voto, Se-

nhor Presidente. Eu quero também neste momento, Senhor Presidente, congratular-me com Vossa Excelência que mais uma vez dá uma demonstração de conhecimento geográfico do Estado do Paraná quando cria o Município de Pinhais, uma velha reivindicação do povo que pertence ao Município de Piraquara, porque se existe um distrito que teve um crescimento extraordinário, este distrito chama-se Pinhais; e evidentemente que ao criarmos o Município de Pinhais, hoje em 3.^a discussão, é claro que alguma coisa há de se pensar na continuidade do Município de Piraquara, mais isso aí evidentemente é um outro assunto, é um outro departamento.

O que interessa neste momento é que o Município de Pinhais, criado agora por esta Assembléia é realmente uma realidade, e temos a certeza que, a exemplo do Município da Fazenda Rio Grande, também criado por Vossa Excelência que é um campeão na criação de Municípios, e todos eles viabilizados, todos eles com crescimento extraordinário. Esses dois municípios, Fazenda Rio Grande e Pinhais, serão sem dúvida alguma dois municípios que trarão um grande benefício ao Estado do Paraná, porque são viáveis, grandes empresas, grandes indústrias; o potencial de crescimento extraordinário de Pinhais não criará nenhum problema absolutamente para a sua viabilidade.

Por isso eu quero congratular mais uma vez Vossa Excelência e dizer que quando eu falo desta criação, eu trago aqui também o apoio da região de Pinhais, de companheiros que lá residem que estavam ansiosos por esperar a concretização da criação do Município de Pinhais. Parabéns, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 118/89, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA LEÃO SCHULMANN - APM - MAURÍCIO THÁ", com sede e foro no município de Figueira. Com PARECER FAVORÁVEL, da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. D.A. n.º 41, de 24.05.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 118/89

PARECER:

O ilustre Deputado Valderi Mendes Vilela, pretende declarar de Utilidade Pública, na forma legal, a "Associação de Pais e Mestres da Escola Leão Schulmann - APM - Maurício Thá", através do Projeto de Lei n.º 118/89.

Solicitada diligências, o processo voltou perfeitamente instruído, como pede

Não existe qualquer impedimento de natureza regimental, legal ou constitucional que possa impedir a normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, apresentamos o parecer favorável.

Pela APROVAÇÃO!

Sala das Comissões, em 07.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

ANTÔNIO COSTENARO NETO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 230/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a alterar a Escritura Pública de Doação de Imóvel ao Município de Cruz Machado, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 81, de 19.09.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 230/89

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, o Plano de Lei em tela visa autorizar o Poder Executivo a ALTERAR A ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO DE IMÓVEL DE CRUZ MACHADO, conforme específica.

O objetivo da presente proposta é tornar possível a implantação do Departamento de Fomento à Agropecuária, com a aquisição do imóvel em questão, tão necessária para o treinamento de jovens no setor Agropecuário.

Assim, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, através de seu Relator, em conformidade com o Regimento Interno, vem a se pronunciar favoravelmente pela presente proposta, dada a inexistência de óbices que possam prejudicar o seu trâmite normal pelos demais órgãos desta Casa de Leis e o alcance social da mesma.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o PARECER.

Sala das Comissões, em 10.10.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 230/89

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado ANIBAL KHURY, o plano de lei em tela tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a alterar a Escritura Pública da Doação de Imóvel ao Município de Cruz Machado, con-

forme específica.

A presente proposta veio a merecer o apoio da Comissão de Constituição e Justiça, dada a inexistência de impedimento de natureza constitucional e regimental, que poderiam prejudicar o seu trâmite por esta Casa de Leis.

Pela justificativa que acompanha a matéria em análise, podemos verificar que com a concretização desta proposta, se tornará possível a implantação do Departamento de Fomento à Agropecuária, tão necessário para o treinamento de jovens no setor Agropecuário.

Nestas condições, esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar através de seu Relator, vem a fazê-lo seguindo o entendimento da Comissão supracitada, pronunciando-se FAVORAVELMENTE.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 24.10.89.

(aa) ACIR MEZZADRI

Presidente

NELSON VASCONCELLOS

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 265/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor JOÃO BARROS ANDRADE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 88, de 12.10.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 265/89

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Professor João Barros Andrade.

Este plano de Lei está devidamente justificado, conforme preceitua o Regimento Interno desta Casa e sua legalidade está embasada na Lei n° 5.638, de 13 de setembro de 1967, que dita condições essenciais para a concessão de Benemerência ou Cidadania Honorária Paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 07.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 285/89, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mandaguáçu". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 93, de 24.10.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 285/89

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do Ilustre Deputado Ferrari Júnior, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mandaguáçu, com sede e foro no Município do mesmo nome.

Encontra-se o processado devida e legalmente instruído com as peças exigidas pela Lei n° 6.994/78, que disciplina as normas para declaração de utilidade pública no âmbito estadual. Isto quer dizer que a entidade em questão possui personalidade jurídica há mais de 1 (um) ano, conforme a Certidão do Cartório de Registro de Títulos e Documentos, no Livro "A" de Registro de Pessoas Jurídicas, na página 191; que encontra-se em pleno funcionamento desde a sua criação sem fins lucrativos; que não remunera ou melhor não distribui lucros e dividendos ou vantagens aos seus diretores, sócios ou colaboradores, conforme atestado da Prefeitura do Município em questão. Além disso promove a educação, assistência social ou outras atividades relacionadas ao art. 1°, IV desta Lei.

Nestas condições, esta Douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, através de seu Relator, vem a fazê-lo pronunciando-se favoravelmente, dada a inexistência de óbices que possam vir a prejudicar o trâmite normal desta proposta, pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Assim sendo, somos pelo parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 285/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 295/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "CENCALRIOS - Associação Beneficente dos Moradores do Bairro do Uberaba". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94, de 26.10.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 295/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria

do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "CENCALRIOS - Associação Beneficente dos Moradores de Bairro Uberaba", com sede e foro nesta Capital.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para Declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 1986, sob a inscrição n° 112 do Livro "A" de Pessoa Jurídica, tendo consequentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que está em efetivo exercício junto a Comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do mesmo neste Poder.

Isto posto, opinamos favoravelmente à APROVAÇÃO do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
ANTÔNIO COSTENARO NETO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 016, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 068, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 078, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 044, 046, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 028, 035, 030 de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 051, 050, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 025, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 054, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 086, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 033, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 034, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 083, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 090, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 092, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 077, 074, 081, 080, 073, 072, 079, 076, 075, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 027, 085, 024, 026, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 067, 066, 065, 064, 063, 062, 061, 060, 059, 058, 057,

056, 055, 053, 031, 032, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 037, 038, 039, 041, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 036, 042, 040, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 029, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

(A matéria deixou de ser publicada, por não ter sido anexada ao requerimento).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n° 28/89

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 97/89

2.ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei n°s 118, 230, 265, 285 e 295/89

Levanta-se a sessão.